

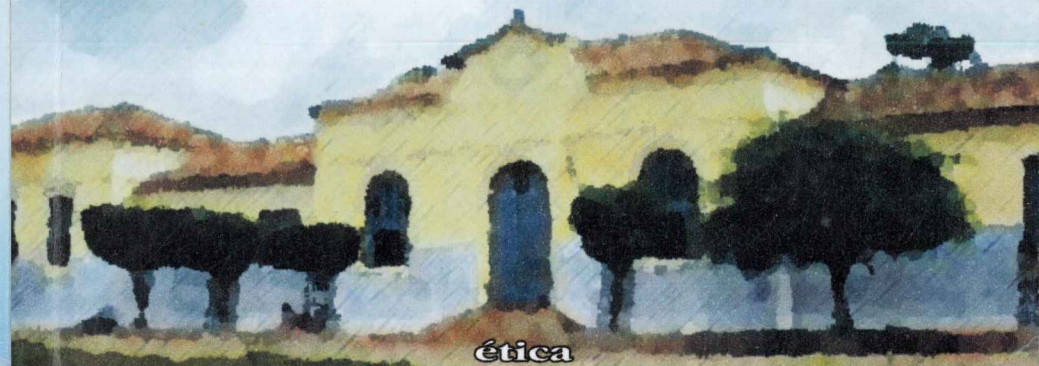
Educação no Piauí flagra os momentos iniciais da formação da cultura escolar na forma que se tornou a mais legítima nos últimos cem anos da história brasileira. Os modelos pedagógicos e sua discussão, a construção das novas formas de inserção das mulheres no mundo profissional, os problemas seculares do analfabetismo, a preparação masculina para o ensino superior, os dilemas do poder público que passa a ser cada vez mais requerido e responsabilizado pela educação popular são alguns dos temas abordados no livro, escrito em 1988 e deste então consumido em inúmeras cópias xerográficas.



Teresinha Queiroz

Educação no Piauí

(1880-1930)



ética

Educação no Piauí:
1880-1930

Teresinha Queiroz

Educação no Piauí:
1880-1930

ética

Todos os direitos reservados

Projeto gráfico:
Ética Editora

Coordenação editorial:
Adalberto Franklin

Digitação:
Mara Lígia Fernandes Costa

Revisão:
Luís Washington Ramos

Capa:
Eduardo Franklin

Impressão:
Ética Editora
(sistema digital)

Q3e Queiroz, Teresinha de Jesus Mesquita.

Educação no Piauí / Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz. — Imperatriz, MA : Ética, 2008.

104 p.

ISBN 9-788-588-172-38-8

1. Instrução Pública - Brasil. 2. Educação - História. 3. Piauí - Educação
I. Título

CDD 379

Sumário

1	Introdução	7
2	Ensino público	11
2.1	Instrução primária	11
2.2	Instrução secundária	14
2.3	Ensino profissional	27
2.3.1	Ensino normal	27
2.3.2	Escola de Aprendizizes Artífices	36
3	Ensino particular	45
3.1	Aulas particulares avulsas	45
3.2	Colégio de Nossa Senhora das Dores	47
3.3	Ateneu Piauiense	56
3.4	Instituto 21 de Abril	59
3.5	Outras escolas particulares	63
3.5.1	Colégio Jugurtiano	63
3.5.2	Colégio Teresinense	64
3.5.3	Colégio São Vicente de Paula	65
3.5.4	Colégio São Luís	65
3.5.5	Externato 24 de Janeiro	65
3.5.6	Escola de Agrimensura	66
3.6	Colégios católicos	67
3.6.1	Colégio Sagrado Coração de Jesus	67
3.6.2	Colégio Diocesano São Francisco de Sales	69
4	Escolas noturnas	75
5	Exames gerais de preparatórios	77
6	Discussão pedagógica	87
7	Espaço feminino na educação	93
8	Conclusão	97
	Fontes e bibliografia	103

Introdução

O objetivo principal deste texto é o de sistematizar informações sobre a educação no Piauí de 1880 a 1930. Tanto quanto possível, abordou-se o tema de uma forma ampla, já sugerindo possíveis vínculos com os estudos sobre o anticlericalismo, analisando as perspectivas sobre a mulher e os processos de escolarização feminina em curso e, quando necessário, remetendo ao conhecimento da política local. Evidentemente, muitas dessas possibilidades de entrelaçamento temático são apenas indicadas, em virtude da natureza das fontes consultadas.

Recorreu-se basicamente a dois tipos de fontes, todas impressas: à documentação oficial, representada pelo corpo de Relatórios e Mensagens dos Presidentes da Província e dos Governadores do Estado e, para alguns anos, os Relatórios dos Diretores Gerais da Instrução Pública. Essas fontes não foram exaustivamente trabalhadas, com o intuito de não tornar por demais oficial a visão sobre a educação do período e, evidentemente, também pelos limites de interpretação que elas impõem; às fontes hemerográficas, representadas pela *Revista Mensal*, *Almanaque do Cariri*, *Revista da Academia Piauiense de Letras* e ainda pela coleção completa do *Almanaque da Parnaíba*, editado naquela cidade e que começou a circular em 1924. Foram igualmente consultados oito jornais de Teresina, que circularam entre os anos de 1880 a 1914: *O Semanário* (1881-1882); *A Época* (1882-1886); *A Imprensa* (1882-1886); *A Reforma* (1882-1888);

Pátria (1902-1903); *O Monitor* (1908); *Diário do Piauí* (1911-1913 e 1914); *Correio de Teresina* (1913 e 1914).

A escolha dos jornais foi aleatória, relacionando-se menos a um possível plano de pesquisa que à disponibilidade dos periódicos para consulta, ao seu estado de conservação e à permissão para o manuseio. São estas circunstâncias que explicam, por exemplo, a falta de informações para toda a década de 1890.

Dessa maneira, é possível compreender a razão do maior detalhamento para certos períodos e instituições que para outros. Com isso se quer reforçar que o trabalho é necessariamente lacunar e que algumas generalizações propostas são passíveis de reformulação com a continuidade da pesquisa. No momento em que novas informações forem agregadas a esse quadro, as correções e alterações deverão ser feitas.

Quanto à bibliografia sobre esse tema, pode-se afirmar que é muito pequena. Destacam-se *A instrução pública no Piauí*,¹ livro que reúne textos de Matias Olímpio, Anísio Brito e Pedro Borges da Silva, além de relatórios e da legislação pertinente à reforma de ensino de 1922, de responsabilidade da Sociedade Auxiliadora da Instrução e a *História de Teresina*,² de Clodoaldo Freitas. Apesar da indiscutível qualidade dos escritos do autor, esse livro é quase somente uma coletânea de trechos da documentação oficial relativa à segunda metade do século XIX. Não existe uma bibliografia específica sobre a história da educação no Piauí e as informações contidas nas obras em geral são irrelevantes.

Por fim, um esclarecimento quanto às matérias publicadas nos jornais relacionadas à educação. Se, de um modo

geral, há riqueza de informações e a qualidade dos textos é boa, é preciso também referir que a maior parte das informações sobre as escolas particulares se reveste de conteúdo propagandístico. Muitas dessas matérias foram publicadas nas sessões de anúncios e são, presumivelmente, matérias pagas. Esta circunstância determinou um esforço crítico maior e, às vezes, a necessidade de cotejar essas informações com outras fontes.

NOTAS

- ¹ OLÍMPIO, Matias et al. *A instrução pública no Piauí*. Teresina: Papalaria Piauiense, 1922.
- ² FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

Ensino público

2.1 Instrução primária

O que aconteceu em relação ao ensino primário no período republicano só acentuou tendências já presentes ao longo da segunda metade do século XIX, particularmente nas décadas de 1870 e de 1880, por exemplo, a generalização da idéia de que do ensino popular viria a salvação do país. Esta idéia, cujo desenvolvimento assumirá forma mais complexa posteriormente se fazia presente orientando, por exemplo, a instalação das escolas noturnas para adultos pobres e a legislação sobre a obrigatoriedade do ensino. Essa temática é desenvolvida não só nos discursos de inauguração de escolas como na documentação pública do período.

O desenvolvimento do ensino é, tanto na capital, Teresina, quanto no interior, preocupação manifestada pelo poder público. Entretanto, se ocorrem ao longo dessas décadas incremento no número de escolas e no de alunos matriculados e mesmo mudanças qualitativas face à formação das normalistas, isso a partir de 1912, esse crescimento não acompanha de nenhum modo as necessidades do Estado nem o crescimento da população escolarizável. Dessa forma, o Piauí continuou como uma das unidades da Federação em que o número de analfabetos guardava maior proporção em relação à população total.¹

Observou-se que, apesar do que foi escrito, discutido, proposto e reformado por parte do Estado, não foram mui-

tos os resultados práticos. Deve-se lembrar que após a República a instrução primária passou a ser da responsabilidade dos governos estaduais e municipais. O ônus, na prática, cabia apenas ao governo estadual. Essa era a justificativa dada para o fracasso atribuído a esse ramo da administração pública.²

Se as informações quantitativas, conforme reconhecem os seus próprios produtores³, deixam muito a desejar enquanto fonte informativa, outras fontes permitem vislumbrar alguns aspectos da educação primária, particularmente na forma como se exercia no interior do Estado.

O quadro herdado do Império não se modificou de forma substancial ao longo do tempo – quer no que se refere ao aspecto material, quer quanto às interferências políticas no exercício da profissão.

Cartas de professores primários e outras matérias publicadas na imprensa relativas à instrução oferecem um panorama em que se destacam as condições reais do exercício do magistério no Piauí. Professores semi-analfabetos ou até analfabetos, segundo as folclóricas notas da imprensa; concursos em geral fraudulentos; ordenados miseráveis e freqüentemente atrasados; inexistência de prédios escolares e de verba para aluguel de salas para esse mister; perseguições políticas por parte dos inspetores literários; total inexistência de material didático, inclusive de quadro de giz e de livros – sendo prática usual a dos alunos se alfabetizarem utilizando-se de velhos jornais que alcançavam o interior; exonerações e substituições devidas unicamente a critério da política partidária, para ficar em apenas alguns pontos.⁴

Não é possível deixar de referir à incipiente urbaniza-

ção, às distâncias a percorrer pelos alunos até alcançar a aula primária e à própria condição dos alunos, “rotos e descalços”, numa das descrições do período.

Não foi prática incomum, ao longo de todo esse período, a de fecharem-se aulas primárias por falta de alunos ou por freqüência muito reduzida.

Se, de um lado, as condições materiais da Província e do Estado mudavam de forma muito lenta, eram sucessivas e freqüentes as alterações na legislação escolar. As medidas tendentes a solucionar o problema da educação popular variavam da decretação da obrigatoriedade do ensino da criança em idade escolar, com a aplicação de punições – multa ou prisão – aos pais ou responsáveis que não atendessem a essa norma,⁵ ao chamamento das municipalidades para assumir sua parte no ônus da instrução e à criação de mecanismos mais centralizadores e de possível maior eficácia no controle do sistema escolar, por exemplo, a atuação dos inspetores escolares.

A documentação oficial se constitui num verdadeiro elenco de medidas a serem adotadas, de identificação de problemas, enfim, de diagnóstico e receituário não aplicado ao ensino primário.

Entre 1880 e 1930, de acordo com a documentação que tivemos oportunidade de analisar, as mudanças mais significativas nesse quadro estão ligadas, de um lado, à incorporação das normalistas pela rede oficial de ensino, tanto de Teresina como do interior, do Estado, em substituição aos professores interinos e, de outro, ao apoio mais efetivo à educação pela alteração das condições materiais, em particular a construção de prédios destinados às escolas públicas. Essa medida foi mais freqüente a partir do governo

1900 -> Incorporação de normalistas

João Luís Ferreira²¹ e foi intensificada durante e após o governo Matias Olímpio²⁸, ele próprio um entusiasta da educação no Piauí.

Não é possível também esquecer a progressiva substituição dos professores primários do sexo masculino pelas normalistas, num movimento que vai culminar com a total destinação do ensino primário à ação da mulher. Essa questão deve ser tratada em capítulo a parte.

2.2 Instrução secundária

A primeira iniciativa oficial visando à instituição do ensino secundário no Piauí data de 1827, quando foram criadas cadeiras de Latim em Oeiras e Parnaíba. Lei de 15 de agosto de 1832 cria cadeiras de Filosofia Racional e Moral, Retórica, Geografia e Francês, todas em Oeiras. Estas e outras medidas legislativas tiveram pouco efeito prático, pois postas as cadeiras em concurso, não se apresentaram pretendentes. Em 1844, existia apenas a cadeira de Latim em Oeiras.⁸

O ensino secundário no Piauí teve início de forma efetiva na alçada particular, com escolas fundadas em Jaicós, Piripiri e Parnaíba, todas na primeira metade do século XIX.

Em Jaicós, a instrução secundária ligou-se à atuação do padre Marcos de Araújo Costa, que fundou um internato em sua fazenda Boa Esperança, no qual educava às suas expensas turmas de 20 alunos oriundos da Província do Piauí e das vizinhas. Esse colégio funcionou a partir de 1820 e só foi fechado com a morte do padre Marcos, em 1850. Nele eram ministradas aulas de Línguas, Retórica, Filosofia e Ciências Naturais. A biblioteca do Colégio, que cha-

mou a atenção de Carl Friedrich Philipp von Martius em sua passagem pelo Piauí, compunha-se de livros clássicos e filosóficos.⁹

O padre Francisco Domingos de Freitas e Silva, regente da cadeira de Latim em Parnaíba, onde se destacou como participante do movimento de independência do Piauí, ao mudar-se em 1844 para sua fazenda Piripiri fundou nova escola primária e um curso de Latim para atender à população daquela área.

Quanto à aula secundária de Parnaíba, não dispomos de maiores detalhes sobre ela, a não ser que era dirigida pelo Dr. João Cândido de Deus e Silva, também figura saliente do movimento de independência do Piauí.¹⁰

Outros sacerdotes, em diversas regiões da Província, também ministraram aulas particulares aos seus paroquianos, nesse momento em que o ensino privado era mais importante que o público na Província do Piauí.¹¹

A primeira escola pública de instrução secundária no Piauí foi o Liceu Piauiense, hoje Colégio Estadual Zacarias de Góes, criado pela Lei Provincial nº 198, de 6 de outubro de 1845. De acordo com Anísio Brito, seu funcionamento foi irregular nos primeiros anos, por falta de pessoal docente habilitado e devido à transferência da capital de Oeiras para Teresina em 1852, o que também motivou a transferência do Colégio.

Inicialmente o Liceu deveria funcionar com as seguintes cadeiras: Latim, Francês, Geometria, Aritmética, Geografia e História e Retórica. Como já foi dito, em princípio seu funcionamento foi irregular: provavelmente só foi instalado em 1848; em 1853 não funcionou pelas vicissitudes da mudança da capital de Oeiras para Teresina; em 1854,

por falta de edifício as aulas eram dadas nas casas dos professores. Seu primeiro Regimento é de 1855.¹²

Extinto em 1861, pela Lei nº 511 de 1º de agosto, foi restaurado no governo Adelino Antônio de Luna Freire¹³ pela Resolução nº 399, de 9 de outubro de 1867, com as seguintes disciplinas: Língua Nacional, Latim, Francês, Geografia, História e Matemáticas Elementares. O curso completo, de três anos, dava preferência quanto à ocupação de empregos públicos que independessem de concurso.

Em 1869 foi criada a cadeira de Filosofia Racional e desmembrada a cadeira de Geografia da de História, medida esta revogada no ano seguinte.

A partir de 1873, a legislação que regulamentava a entrada nos cursos superiores do Império passou a permitir a realização de exames preparatórios em todas as capitais de província, perante delegados do Inspetor de Instrução e bancas examinadoras indicadas pelos respectivos presidentes provinciais. Durante a década de 1880, a legislação permitia a realização de exames preparatórios duas vezes por ano, medida que teve efeitos positivos sobre a procura desses exames no Liceu. Durante a década anterior, apesar do privilégio do Liceu, muitos estudantes piauienses se deslocavam para outras capitais, não só para os estudos preparatórios como para os exames, casos de Clodoaldo Freitas e de Higinio Cunha.

Nessa época, as articulações comerciais de Teresina com São Luís eram muito grandes, bem como as influências culturais daí advindas. Essa forte dependência do Piauí para com o Maranhão só veio a ser atenuada no início do século XX.

Entre 1875 e 1880, os exames preparatórios foram realizados de forma irregular no Piauí, o que explica a ida de Higinio Cunha e outros estudantes piauienses para São Luís e outras capitais. Em 1877, as mesas de exames gerais haviam sido suspensas por aviso de 27 de março, só sendo restabelecidas em 1878, por aviso de 19 de dezembro.¹⁴

No início da década de 1880, as listas de preparatórios começam a se tornar mais extensas nos jornais de Teresina.

Em 1881, o Liceu era o único estabelecimento de instrução secundária existente na Província e funcionava temporariamente em casa alugada, pois o prédio em que se achava instalado estava em obras. Seu currículo era composto de seis cadeiras, nas quais eram lecionadas dez matérias. A acumulação de matérias era criticada pelo presidente da Província Sinval Odorico de Moura como prejudicial ao aproveitamento dos alunos. A frequência nas seis cadeiras era então de 34 alunos.¹⁵

O quadro docente do Liceu desde a década de 1880 era na maior parte constituído de bacharéis em Direito, médicos, engenheiros e farmacêuticos. Os professores, em sua maioria, eram portadores de diplomas de curso superior ou seguiam a carreira militar. Muitos deles exerciam também o jornalismo e eram homens de letras. A título de exemplo, em 1882, o Dr. Newton César Burlamarqui substituiu nas matemáticas ao Dr. José Faustino da Silva, engenheiro militar. Com a dispensa deste, assume o capitão José de Castro Lima.¹⁶ Em 1886 foi nomeado interinamente o capitão Francisco Pedro de Sampaio para a cadeira de Geografia e História.¹⁷

Em 1888 faziam parte do quadro docente, quer como

titulares, quer como substitutos: José Joaquim de Moraes Avelino; Antônio de Souza Rubim, bacharel em Direito, Polidoro César Burlamaque, bacharel em Direito; Leôncio do Rêgo Monteiro; José Pereira Lopes, farmacêutico.¹⁸

Em 1889 eram professores do Liceu os Drs. Gabriel Luís Ferreira, bacharel em Direito; Tibério Soares Burlamaque, bacharel em Direito; Antônio de Souza Rubim, bacharel em Direito; Benjamim de Souza Rubim e José Pereira Lopes, farmacêutico.¹⁹

A partir de 1882, o Liceu começou a sofrer concorrência de colégios particulares e de aulas avulsas, inclusive ministradas no interior da Província. O Colégio de Nossa Senhora das Dores, o Colégio de Karnak, o Colégio de São Vicente de Paula, o Ateneu Piauiense, o Colégio Diocesano São Francisco de Sales e o Instituto 21 de abril, além de outros, em diversas épocas, destacaram-se no ensino das matérias do curso secundário.

Em 1888, ocupando Teodoro Alves Pacheco o cargo de Diretor da Instrução Pública, foi proposta a separação das cadeiras de Geografia e História e de Filosofia e Retórica, no intuito de melhor atender ao programa oficial dos exames gerais. O Liceu ainda não tinha prédio próprio.²⁰

Nas décadas seguintes, mais precisamente de 1890 a 1925, pode-se afirmar que o funcionamento do Liceu esteve à mercê de todas as experiências por que passou o ensino secundário no país. Nesse período, as reformas eram tão freqüentes que algumas nem chegavam a ser implementadas e já eram substituídas.

Dentro dessa seqüência de reformas desenvolve-se um projeto - no bojo, mas contra as posições positivistas dominantes na educação - que é o projeto de resgatar o controle

sobre o ensino superior, no sentido de manter sua função de produtor e reproduzidor dos mecanismos de dominação das classes latifundiárias e da burguesia emergente.²¹

Superior
Reforma
Assim, o exame de admissão imposto pela Reforma de 1911 e seu aperfeiçoamento em 1915, com o exame vestibular exigindo o curso ginásial e posteriormente a limitação do número de vagas com a imposição do critério classificatório, todo esse conjunto de medidas, num certo sentido colocou controles mais rígidos à admissão nos cursos superiores da República. Essas modificações contrariavam medidas até então tomadas e que culminaram com a vitória da desoficialização do ensino superior. De 1890 até 1915 houve a proliferação das faculdades livres em todo o Brasil, criando uma situação totalmente diferenciada em relação à limitada oferta de cursos superiores durante o Império.

Os conflitos e as contradições inerentes às transformações por que passa o ensino superior se refletem na rapidez com que se sucedem as reformas e na pouca consistência de suas justificativas. As reações por elas suscitadas eram, muitas vezes, de surpresa e de descrédito, pelo menos quanto ao Liceu do Piauí. Neste, um dos efeitos dessas reformas foi tornar confuso o ensino, pela pluralidade de orientações recebidas, a que o estabelecimento nem sequer tinha tempo de se adaptar.

Se as reformas federais dão as diretrizes a que não podem ou não devem fugir os estabelecimentos estaduais, nesse nível as reformas também se sucedem, guardando características locais, aparentemente sem prejuízo daquelas orientações gerais, visto que o ensino secundário não tinha outra função que a de fornecer conhecimentos necessários ao ingresso nas universidades.

No Piauí, a realidade mostrou que esse objetivo não estava sendo alcançado. À medida que novas exigências surgiam para o ingresso nos cursos superiores, o que ocorreu foi o deslocamento dos estudantes para as cidades que sediavam as faculdades de seu interesse, para ter acesso aos conhecimentos exigidos pelos exames daquela escola em particular. Esta situação foi freqüente principalmente após 1911.

Não dispomos de informações que nos permitam avaliar o conjunto de reformas por que passou o ensino secundário do Piauí entre 1891 e 1896. Entretanto, é certo que a reforma desse ano é, em suas linhas gerais, baseada na de Benjamim Constant.

Pelo Decreto nº 63, de 24 de dezembro de 1896, o Liceu foi reorganizado, teve seu regulamento expedido e foi dotado de curso integral de ciências e letras, com duração de sete anos, de acordo com o plano do Ginásio Nacional. Segundo o governador Raimundo Artur de Vasconcelos, era grande a afluência de alunos. O regulamento já estava confeccionado, aguardando a verba de auxílio do Congresso Nacional.²² No caso de não vir o auxílio do Liceu, o governador preferia que ele fosse substituído por uma Escola Normal, aproveitando-se o prédio e o pessoal docente vitalício.²³

A matrícula de 1897 fora de 458 alunos, e a freqüência relativa, de 323. Inscreveram-se no Liceu para os exames gerais de preparatórios, 240 candidatos, de que resultaram 137 aprovações e 103 reprovações. Nesse ano, o Ginásio Nacional sofreu nova reforma, a que deveria ser novamente adaptado o Liceu.²⁴

No ano seguinte a verba votada e assegurada pelo de-

creto federal acima citado ainda não fora entregue, apesar dos pedidos do governador.²⁵

O Liceu, como colégio equiparado ao Ginásio Nacional, sofreu tantas reformas quantas foram as realizadas pelo governo central, as quais se contavam por quadriênios governamentais. Segundo Sílvio Romero, citado por Matias Olímpio, em vinte anos de regime (até 1909) foram realizadas as reformas Benjamim Constant; a remodelação desta por João Barbalho; a de Eptácio Pessoa; uma da Câmara dos Deputados, por sua vez reformada pelo Senado; a de Esmeraldino Bandeira e ainda uma autorização do Congresso Nacional para nova reforma.²⁶

Depois desse elenco, vieram as reformas de Tavares de Lira, a de Rivadávia Correia (1911) e a do ministro Carlos Maximiliano (1915). Em 1925 foi a vez da reforma Rocha Vaz.

Na avaliação dos analistas contemporâneos essa seqüência de reformas explicaria em grande parte a decadência do Liceu ao longo da Primeira República, em particular nas primeiras décadas do século XX.

Apesar de as críticas serem generalizadas, as matrículas do Liceu foram regulares ao longo dos anos 1890, pelo menos no que se refere aos exames parcelados. A queda acentuada nas matrículas se deu nas décadas seguintes, o que fazia as autoridades cogitarem inclusive no seu fechamento, face ao avultado das despesas em relação ao pequeno número de alunos atendidos.

O número de alunos matriculados no Liceu Piauiense de 1900 a 1922, segundo dados sistematizados por Anísio Brito, foi:

Tabela 1. Número de alunos matriculados no Liceu Piauiense de 1900 a 1922.

Anos	Número de alunos
1900	60
1901	46
1902	40
1903	70
1904	25
1905	6
1906	29
1907	46
1908	71
1909	84
1910	107
1911	96
1912	44
1913	27
1914	14
1915	39
1916	16
1917	21
1918	12
1919	25
1921	25
1922	21

Fonte: OLÍMPIO, Matias et al. *A instrução pública no Piauí*. Teresina: Papelaria Piauiense, 1922. p. 143-150.

Nos primeiros anos do século XX, a oferta de instrução secundária particular em Teresina se expandiu muito, não só em colégios como em aulas particulares, visando aos exames parcelados. O Liceu não monopolizava essa instrução, apenas a aplicação dos exames.

Não há evidência de que o ensino ministrado no Liceu fosse de melhor qualidade que o de algumas escolas particulares, cujo corpo docente era tão bem qualificado quanto o seu. As elites locais também colocavam os filhos em colégios particulares como o Ateneu e o Diocesano.²⁷

Dada a freqüência das reformas, o posicionamento sobre elas variava das reações otimistas iniciais a críticas acerbas alguns anos depois.

Arlindo Nogueira, em 1904, avaliando o ensino secundário, assim se expressava:

Visando exclusivamente os que o freqüentam a obtenção das disciplinas necessárias à matrícula nos cursos superiores, sofre, entre nós, o ensino secundário do mal que o tem afetado em todos os países que com os mesmos intuitos e pelos mesmos processos o ministram; a caça aos diplomas à custa de pouco ou nenhum esforço, para obter-se logo, às pressas, dentro do menor prazo possível, o ambicionado meio de galgar o cimo da instrução, pela matrícula nas Academias.²⁸

A crítica do governador era compreensível porque, apesar da legislação em vigor, impondo o curso de madureza, então com a função de exame de saída do curso secundário e apesar também da existência de curso seriado, o que continuava dando acesso aos cursos superiores era o curso completo do Ginásio Nacional e a aprovação nos exames parcelados.

Essa situação deixava totalmente sem função o curso seriado dos Liceus em geral - e dessa situação não escapava sequer o Ginásio Nacional, cujos alunos abandonavam seu curso pela aprovação antecipada nos exames. Este era um dos fatores que explicava a fuga dos alunos desses estabelecimentos.

No início do século XX, estas e outras críticas ao ensino secundário eram generalizadas e as reformas de 1911 e 1915 tentam até certo ponto responder a essa situação.

No Liceu Piauiense, se era pequeno o número de matrículas no curso seriado, não o era o de exames realizados para o acesso às faculdades do país, tanto oriundos do próprio Liceu como dos colégios e aulas particulares, já que era a única instituição autorizada para realizá-los.

Em 1906 havia a perspectiva de entrar em vigor o regime de madureza, mas continuavam sendo realizados os exames parcelados.²⁹ No ano seguinte, o governador reclamava que a observância do curso de madureza, dos diversos cursos especiais e as várias reformas incompletas haviam causado inconvenientes e tornado por demais oneroso o cargo de lente do Liceu, único estabelecimento do Piauí equiparado ao Ginásio Nacional, portanto com a obrigação de ensinar e examinar as matérias dos diversos cursos. Face a isso, defendia a necessidade de aumentar seu corpo docente ou de melhorar a remuneração dos professores, pelo acúmulo de serviço que sobre eles pesaria.³⁰

A partir de 1911, na vigência da Lei Orgânica, que dispensou o curso obrigatório de humanidades aos candidatos às escolas superiores, sujeitando-os apenas a exame de admissão, o decréscimo das matrículas do Liceu se acentuou.³¹

O governador Miguel Rosa, que fora Diretor da Instrução Pública de 1904 a 1912, era extremamente crítico em relação à reforma Rivadávia e sua posição quanto a ela não era isolada. Sua preocupação era sobretudo quanto aos efeitos do curso livre sobre as matrículas do Liceu, mas não era só esta.

Observando o deslocamento dos estudantes para as cidades que sediavam os cursos superiores, afirmava:

O curso livre, porém, e o exame de admissão nas faculdades superiores, para onde se destinavam quase todos os alunos, trouxeram a estes a convicção de que para conseguir êxito no último, fora mister se transpor para junto da própria Academia [...] onde mais de perto acompanhassem os métodos e processos de ensino dos professores.³²

1914
Propunha nova reforma na tentativa de reverter o quadro do Liceu. Sua sugestão era de que fosse abolido o "teorismo estéril" e tornado mais prático o seu ensino, seguindo normas adaptáveis ao meio. Confiou a Abdias Neves a tarefa de propor essa reforma.³³

Nos anos seguintes continuou diminuindo o número de alunos do Liceu e as críticas à reforma se sucediam, embora nem todas desfavoráveis.³⁴

Luís Correia, interessado nos estudos pedagógicos, quando do exercício do cargo de Secretário de Governo, assegurava, ao contrário de Abdias Neves e de Miguel Rosa, que o decréscimo das matrículas do Liceu não se devia à reforma Rivadávia e sim ao fato de o Liceu não se ter a ela adaptado. A Diretoria Geral da Instrução Pública, nesse período, estava vinculada à Secretaria de Governo.³⁵ Em 1915, foi a vez da reforma Carlos Maximiliano³⁶ adotada

no Liceu pelo Decreto n. 622, de 19 de abril. Novas alterações vieram em 1922, quando o estabelecimento passou à responsabilidade da Sociedade Auxiliadora da Instrução.

Contrariando as expectativas, não se inaugurou nova fase para o Liceu. Os principais pontos dessa reforma, para o que nos interessa aqui, foram: manutenção dos exames de admissão, agora denominados exames vestibulares; exigência adicional do diploma do curso ginásial para matrícula nos cursos superiores; permissão para alunos de outros estabelecimentos prestarem exames avulsos no Liceu, em número de até quatro por ano; equiparação ao Colégio Pedro II e fiscalização das escolas pelo governo federal. Essas diretrizes se mantiveram até 1925, quando entra em vigor a reforma Rocha Vaz.³⁷

A matrícula nos exames avulsos do Liceu entre 1916 e 1921 nas 13 matérias que compunham o currículo, foi: 1916 - 128; 1917 - 53; 1919 - 310; 1920 - 255; 1921 - 227.³⁸

Na tentativa de dar solução à crise permanente do ensino secundário, o governador João Luís Ferreira³⁹ passou a administração do Liceu à Sociedade Auxiliadora da Instrução, mediante subvenção anual de 40 contos de réis. A essa sociedade também foi incumbida a elaboração do novo Regulamento da Instrução Pública, em 1921. A reforma proposta provocou fecundas discussões no meio intelectual piauiense.

A primeira iniciativa do governador com relação à Sociedade Auxiliadora da Instrução havia sido a de encomendar um relatório sobre as causas da decadência do ensino público e a proposição de medidas para sua solução. Em relação ao Liceu, o parecer da Comissão nada tem de inovador, consistindo basicamente em crítica à legislação em

vigor.⁴⁰ Evidentemente a situação não era assim tão simples. A par do estrangulamento da educação a partir do próprio ensino primário, Teresina dispunha de outras escolas secundárias particulares, nas quais o número de matrículas era mais expressivo que no Liceu. Isso reforça a proposição de que no Piauí as escolas particulares foram mais eficazes em ministrá-lo que o poder público.

2.3 Ensino profissional

2.3.1 Ensino normal

Da década de 1860 até hoje, o Piauí contou com cinco experiências de curso normal, incluindo o Instituto de Educação Antonino Freire, que dá continuidade à antiga Escola Normal Oficial.

A primeira Escola Normal foi criada pela Resolução Provincial nº 563, de 5 de agosto de 1864, na gestão do presidente Franklin Américo de Menezes Dória.⁴¹ O curso, misto, tinha a duração de dois anos e foi extinto em 1867.

Restaurada a Escola em 1871, para funcionar em anexo ao Liceu, foi alterada pelo Regulamento nº 80, de 20 de outubro de 1878. Seu curso foi dividido em três anos, constando de três cadeiras, todas do sexo masculino. Estas tentativas não parecem ter alcançado resultados na prática.

A terceira tentativa de Escola Normal e primeira com resultados positivos foi a de 1882. Idéia defendida pelo presidente Manuel Ildefonso de Sousa Lima⁴² e alimentada pela política de incentivo do governo imperial, consubstanciada no Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879 (Art. 8 § 5º), foi concretizada no governo seguinte, de Miguel Joaquim

de Almeida Castro.⁴³ Sousa Lima, na condição de ex-Diretor da Instrução Pública da Província, ressaltava a necessidade da formação de professores, pois, sem pessoal habilitado, não havia como desempenhar de modo satisfatório as importantes funções do magistério. Sua proposta era de que, face às dificuldades financeiras da Província, a Escola Normal fosse ligada ao Liceu, aproveitando-se o seu pessoal docente para as matérias da escola, mediante gratificação.⁴⁴

A Assembléia Provincial aceitou a sugestão; a nova Escola Normal foi criada pela Resolução Provincial nº 1.062, de 15 de junho de 1882, com curso de apenas dois anos e constando de quatro cadeiras. As cadeiras incluíam estudos nas áreas de Língua Nacional e Ensino Religioso (1ª cadeira); Aritmética e Geometria (2ª cadeira); Geografia e História (3ª cadeira) e Trabalhos de Agulha (4ª cadeira), esta exclusivamente para o sexo feminino. A escola era de ensino misto.

Os primeiros ocupantes das cadeiras da Escola Normal foram os professores Raimundo Antônio Borges, José Joaquim de Moraes Avelino, Dr. Simplício Coelho de Resende⁴⁵ e D. Joaquina Cândida de Lima e Castro.⁴⁶

Edital do Diretor da Escola Normal, com base no Regulamento nº 90, de 27 de junho de 1882, indicava as condições a serem preenchidas pelos candidatos à matrícula: domínio das matérias da instrução primária; idade mínima de 18 anos para os homens e de 16 para mulheres; boa conduta moral, civil e religiosa e atestado médico indicando que o candidato não era portador de moléstia contagiosa. A boa conduta civil deveria ser "provada por folha corrida, e a conduta moral e religiosa por atestado do pároco

da freguesia em que nos dois últimos anos houver residido o matriculando".⁴⁷

Inaugurada a 11 de agosto, a Escola funcionava no mesmo edifício em que estava instalado o Liceu Piauiense. Sobreviveu até o ano de 1888, quando foi extinta pela Resolução Provincial nº 1.197, de 10 de outubro.

Nas décadas de 1880, as condições de Teresina eram outras que não as de 1860, permitindo de fato o funcionamento de cursos profissionalizantes sem bloqueios, quer quanto à procura pelos alunos, quer quanto à existência de professores habilitados. O número de pessoas com cursos superiores nas diversas áreas - Direito, Medicina, Farmácia e Engenharia - já era suficiente para o preenchimento dos quadros das escolas secundárias e profissionais e já se havia expandido o número de escolas de instrução primária tanto públicas como particulares.

Além disso, o projeto proposto e executado com relação à nova Escola foi bastante realista face às condições do meio. Não temos elementos para afirmar se a Escola contou ou não com o auxílio garantido pela legislação imperial, mas o certo é que ela funcionou por sete anos.

Já foi ressaltado que o movimento pró-fundação de Escolas Normais era de caráter nacional, induzido pelo governo imperial, que se propunha a auxiliar financeiramente as instituições criadas nas províncias. Generalizava-se a idéia da indispensabilidade das instituições pedagógicas para a formação de professores e professoras, desde que a instrução passara a ser considerada como condição essencial do progresso.

O fechamento da primeira Escola Normal do Piauí foi explicado não só pela precária situação financeira da Pro-

víncia, mas principalmente pela “indiferença na aceitação e desenvolvimento da idéia”,⁴⁸ o que, traduzindo, significava total inexistência de matriculandos em seu terceiro ano de existência, quando foi extinta pela Resolução Provincial nº 599, de 9 de outubro de 1867. Esta primeira escola cobrava de seus alunos uma jóia anual de Rs. 80\$000, dividida em quatro parcelas bimestrais de Rs. 20\$000, exigência que culminou com a frequência de alunos somente na condição de ouvintes. Mesmo extinta a jóia, não houve alteração quanto à procura pelo curso.

Se as informações sobre a primeira Escola Normal do Piauí são todas de ordem oficial, o mesmo não ocorre com a Escola de 1882, quando é possível recorrer à imprensa periódica local, tanto a ligada à situação dominante quanto à de oposição.⁴⁹ Para além do conteúdo político-partidário dos artigos, foi possível perceber as perspectivas de educação então dominantes bem como vislumbrar possibilidades de respostas a questões relacionadas à função do professor enquanto diretor intelectual da mocidade, ao produto esperado do processo educativo e ao que era entendido como educação.

Ilustrativo quanto a essa temática é o discurso do Diretor da Instrução Pública e da Escola Normal, Dr. Manuel Ildefonso de Souza Lima, político liberal e o principal propugnador da fundação da Escola quando presidente da Província. O discurso pronunciado quando da instalação da escola destacava o papel social do mestre e ressaltava as qualidades a serem por ele desenvolvidas na criança. Dentre as funções a serem desempenhadas pelo educador, puxa em destaque as de diretor intelectual do aluno, de formador da sua personalidade e de auxiliar no ensino

religioso. Via o magistério como um ofício e quem quisesse exercê-lo, acrescentava, havia de o conhecer. São ilustrativas suas posições sobre a educação, expressas, dentre outros trechos, pelo seguinte:

[...] ensinar a mocidade não é somente instruí-la; é também educá-la no aumento diário da soma daquelas impressões; [refere-se às boas impressões derivadas dos conselhos dos pais] é desenvolver e dirigir todas as faculdades, de modo que cada um se habilite para a vida social ou para o completo exercício de seus direitos e deveres, quer como homem quer como cidadão.⁵⁰

Se a preocupação do Diretor da Instrução Pública era para com o produto final, daí a necessidade de professores habilitados, boa parte dos artigos da imprensa versava sobre a questão pedagógica propriamente dita, ou seja, referia-se a problemas do método de ensino.

A cadeira Língua Nacional e Ensino Religioso da Escola Normal, cujo primeiro ocupante era liberal passou aparentemente por razões políticas⁵¹, a ser ocupada por um conservador, o cônego Honório José Saraiva. A partir de junho de 1886 surge no jornal *A Imprensa* série de artigos de responsabilidade da redação⁵² dirigidos ao Presidente da Província e ao Diretor da Instrução Pública, criticando a atuação do religioso frente àquela cadeira. O cônego Saraiva era acusado de não conhecer a Língua Nacional e de ensinar unicamente a História Bíblica; o ensino religioso, o único ministrado na cadeira seria dirigido exclusivamente à memória dos alunos, repetindo trivialidades conhecidas desde a infância; o articulista lembrava também o abandono da cadeira pelas constantes viagens do religioso e mani-

festava discordância quanto ao fato de um padre lecionar em estabelecimento secular de instrução. Além disso, o cônego era acusado de não apresentar as qualidades morais e intelectuais indispensáveis ao magistério.⁵³

A série, contestada pelo jornal situacionista *A Época*, gerou polêmica que se estendeu por vários meses e em que são ventilados problemas relacionados não só ao funcionamento da Escola e à questão pedagógica como quanto às idéias dominantes.

Questões como a da secularização do ensino e a da defesa de posições anticlericais se expressam nesses artigos. O articulista de *A Imprensa* é acusado de assentar suas matérias em princípios materialistas. "É o materialismo puro, levando no bojo, com a supressão da alma, a negação da existência de Deus" [...] acusa *A Época*. E acrescenta: as explicações "fecundas e científicas" exigidas do cônego em suas aulas, invadem os limites da razão humana e caem no contra-senso dos filosofantes modernos.⁵⁴

A resposta de *A Imprensa* vinha em termos como os seguintes: *A Época* afeta "uma religiosidade pulha, de envolta com uma ciência indigesta, banal, anacrônica e antidiluviana" e remetia à leitura de Rui Barbosa, de Ernst Haeckel, Charles Darwin, Thomas Henry Huxley e Karl Vogt, para concluir de forma incisiva - "A Ciência não se improvisa: é preciso estudar".⁵⁵

Era o início de uma discussão que se prolongaria pelas décadas seguintes, arremetendo fervorosos partidários.

Reunida a Assembléia Provincial em 1888, o presidente da Província, Dr. Francisco José Viveiros de Castro, pede a extinção da Escola Normal. Nesse ínterim, foi nomeada lente da Escola a normalista Emília Gonçalves Pereira, fato

que levantou dúvidas sobre a intenção real de extinção do estabelecimento,⁵⁶ o que foi concretizado pela Resolução Provincial nº 1.197, de 10 de outubro, já no governo de Ramundo José Vieira da Silva.

Daquela data até 1908, o ensino normal sofreu solução de continuidade no Piauí, quando foi reativado sob a iniciativa da Sociedade Auxiliadora da Instrução, que fundou a Escola Normal Livre. À frente desse empreendimento estavam importantes nomes da cultura e da política locais como Matias Olímpio, Antonino Freire, Miguel Rosa, Abdias Neves, Honório Parentes e Antônio Brandão Júnior, dentre outros.

ESCOLA NORMAL LIVRE (1909)

O curso da Escola Normal Livre, iniciado em 1909, consistia de 19 cadeiras, distribuídas em quatro anos. Os professores ministravam aulas gratuitamente.

Na Mensagem de 1909, o governador Anísio de Abreu demonstrou preocupação com esse assunto⁵⁷ e, no ano seguinte, já tendo Antonino Freire assumido o governo, foi criada a Escola Normal Oficial e, face a isso, extinta a Escola Normal Livre. 1910 - ESCOLA NORMAL OFICIAL

Voltada exclusivamente para a formação de professoras, seu curso contava com 19 cadeiras, distribuídas ao longo de três anos. Já estava em vigor, a essa época, entre os principais dirigentes da educação piauiense, a idéia do magistério primário como missão e sacerdócio feminino. É nesse contexto que ocorrem as polêmicas em torno do necessário celibato das professoras, em cuja defesa se coloca Matias Olímpio.

Em 1921, quando o governador João Luís Ferreira solicitou à Sociedade Auxiliadora da Instrução projeto de reformulação do ensino público, o celibato foi colocado como

uma das condições para o exercício do magistério público, proposta que foi derrotada pela Assembléia Legislativa.

Fundada em 1910, a Escola Normal Oficial praticamente adotou o programa da Escola Normal Livre, embora o curso proposto tivesse a duração de três anos. A Lei nº 642, de 17 de julho de 1911, alterou a duração do curso para quatro anos. O currículo em vigor era muito amplo e, além de cadeiras tradicionais como as de Português; Francês; Geografia; Aritmética; História; Desenho; Música; Trabalhos Manuais; Educação Moral e Cívica; e Pedagogia, incluía outras como Física e Química e Meteorologia; História Natural; Mineralogia e Geologia; Economia Rural e Higiene; Horticultura; Jardinagem; e Economia Doméstica; além de Literatura. O currículo praticamente se propunha a abarcar todas as áreas das ciências puras e aplicadas, dentro de um modelo claramente cientificista.

A Lei nº 868, de 24 de junho de 1916, manteve o curso de quatro anos e suprimiu diversas matérias. No ano seguinte, as várias disciplinas foram distribuídas por três anos, reservando-se o quarto apenas para a parte prática. Em 1918, pelo Decreto nº 708, de 2 de outubro, foi restabelecido, com pequenas alterações, o currículo de 1911.⁵⁸

Os resultados da Escola Normal, em termos de qualificação docente, se fizeram sentir de forma rápida. A título de exemplo, em 1920, do total de 101 professores primários do ensino público do Estado, 48 já eram normalistas.

Com isso, não se quer dizer que a Escola Normal e as normalistas não fossem alvo de severas críticas. A comissão encarregada de reformular o ensino público contratada pelo governador João Luís Ferreira, definindo o quadro do ensino público primário, afirmava no que tange à atua-

ção das normalistas que: o método de ensino adotado na Escola Normal era mais teórico e mnemônico do que intuitivo e prático; acusavam o despreparo técnico das professoras nos métodos de ensino, e o fato de as escolas regidas por normalistas nem sempre registraram aumento de matrícula era explicado como função do pouco entusiasmo das professoras pela carreira.⁵⁹

O trecho seguinte é ilustrativo: "[as normalistas] abandonam a escola por preguiça ou para se entregarem aos misteres do lar. Daí a vantagem de não serem elas casadas. Devendo ser o magistério um sacerdócio, preciso é que a ele se dediquem por completo".⁶⁰

É preciso lembrar que parte das críticas dirigidas ao professorado primário só tinha razão de ser face ao funcionamento das escolas nas próprias residências dos professores. Só a partir do governo João Luís Ferreira⁶¹ e, sobretudo nos seguintes, é que vai acontecer no Piauí o boom da construção de edifícios escolares, em virtude da melhoria da receita orçamentária. Era uma fase de crescimento das exportações da cera de carnaúba.

Como a principal escola da rede pública a partir de 1910⁶², a Escola Normal tinha na imprensa local o veículo para a divulgação de seus principais eventos. Eram notícia suas matrículas, os exames e seus resultados, as festas escolares, os concursos e nomeações de professores, suas aulas de Pedagogia.

Em 1911, a Escola atraía candidatas de quase todo o interior do Piauí para a realização de seu curso. Em março desse ano, já se encontravam em Teresina candidatas de Parnaíba, Belém (Monsenhor Gil), Amarante, Floriano e Itamarati (Pedro II) e estavam sendo esperadas senhoras de

Oeiras, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Livramento (José de Freitas) e Porto Alegre (Luzilândia).⁶³

As matrículas eram animadoras e eram constantes os elogios ao sistema de nomeações, quer para a capital, quer para o interior – o critério era o da classificação pelas notas obtidas ao longo do curso.

No início do ano de 1913, o curso foi concluído por 20 normalistas, a primeira turma formada pela Escola.⁶⁴ Nesse ano letivo matricularam-se 35 alunas no primeiro ano, 10 no segundo e 17 no terceiro.⁶⁵

Em janeiro de 1914 ocorreu a colação de grau da segunda turma, num total de 13 normalistas. Em 1915 já eram 40 as professoras formadas pela Escola Normal Oficial.

Como o curso era exclusivamente feminino, Miguel Rosa propunha a criação de um curso masculino, explicando que se a mulher tinha “alta competência moral [...] para a delicada missão do ensino primário (leia-se, ensino infantil), o ensino do adulto convinha melhor à energia do homem.”⁶⁶ Esta proposta não foi aceita.

Em 1920, as 13 cadeiras da Escola Normal eram ocupadas por 11 docentes, selecionados através de concurso público. Estavam iniciadas as obras do prédio a ela destinado, o qual, construído no governo João Luís Ferreira, foi sua sede até 1972. Projeto do engenheiro Luís Mendes Ribeiro Gonçalves, na época professor de Geometria do estabelecimento, é hoje o Palácio da Cidade, sede da Prefeitura Municipal de Teresina.

2.3.2 Escola de Aprendizes Artífices

O ensino profissional no Piauí teve início nos meados

do século XIX com o Estabelecimento de Educandos Artífices, criado pela Lei nº 220, de 24 de setembro de 1847. Assim como o Liceu, foi uma iniciativa de Zacarias de Góes e Vasconcelos. Instalado em Oeiras, com oficinas de carpintaria, ourivesaria, alfaiataria e sapataria e ainda com os ofícios de ferreiro, tanoeiro, funileiro e aprendizado de tipografia.

Transferido para a nova capital, este estabelecimento foi extinto pelo presidente da Província Adolfo Lamenha Lins, por meio da Lei nº 808, de 4 de agosto de 1873, que alegava ser o mesmo deficitário.⁶⁷

Com a extinção daquele estabelecimento, o mesmo presidente autorizou e subvencionou, pela Resolução nº 804, de 19 de agosto de 1873, a fundação de um internato para meninos órfãos da Província, sob a responsabilidade de João do Rego Monteiro, futuro Barão de Gurguéia, igualmente extinto em 1875, pela Lei nº 895, de 16 de junho.⁶⁸

Após a extinção do Internato Artístico, do comendador João do Rego Monteiro houve a tentativa de fundação do Liceu de Artes e Ofícios, criado pela Lei nº 255, de 13 de julho de 1900, que não chegou a ser instalado.⁶⁹

Em 1909, no governo Nilo Peçanha, foi fundada em Teresina a Escola de Aprendizes Artífices, com aulas de Letras, Desenho e diversas oficinas, além de aula noturna para maiores de 16 anos. Nilo Peçanha fundou 20 desses estabelecimentos em todo o Brasil.⁷⁰

Dessa forma, a Escola de Aprendizes Artífices deu continuidade no Piauí ao ensino profissional que havia sido suspenso com o fim do Estabelecimento de Educandos e do Internato Artístico. Posteriormente denominada Escola Industrial do Piauí e hoje Centro Federal de Educação Tec-

nológica, foi instituída pela Lei nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Instalada a 1º de janeiro de 1910 em sede provisória no sítio Pirajá, de propriedade do governo do Estado, de onde logo foi transferida para prédio da rua Paissandu, esquina com David Caldas, local em que permaneceu até 1938.⁷¹

As atividades didáticas relativas ao ano de 1911 incluíam o aprendizado de marcenaria, sapataria, serralharia, fundição e do ofício de ferreiro, além de aulas de leitura, escrita e desenho. Estes formavam os cursos de Letras e Desenho. Nesse mesmo ano funcionava um curso noturno primário.⁷²

Segundo edital publicado na imprensa, no segundo ano de funcionamento a matrícula da Escola havia atingido o número de 56 alunos e nos dois anos cerca de 90 alunos.⁷³

Em 1913, os ofícios mecânicos continuavam os mesmos, apenas no lugar da oficina de serralharia funcionava a de máquinas. As aulas de leitura e de desenho estavam sob a responsabilidade da doutora Márcia Cruz e de Álvaro Freire, respectivamente. A direção da Escola estava sob a responsabilidade de Josino José Ferreira, que esclarecia ao público pela imprensa que os trabalhos produzidos pelos alunos tinham grande aceitação popular.⁷⁴

Os exames finais eram realizados com banca examinadora convidada pela direção da Escola, de fora de seus quadros. Em dezembro de 1913, foi constituída pelos bacharéis Edison Cunha e Nogueira Tapeti.⁷⁵

Ao contrário do Colégio de Educandos Artífices, que mereceu minuciosa pesquisa de Clodoaldo Freitas em sua *História de Teresina*⁷⁶, a Escola de Aprendizes Artífices ainda não tem sua história.

NOTAS

- 1 MOTA, João Osório Porfírio da et al. Relatório da comissão nomeada pelo Governo. In: OLÍMPIO, Matias et al. *A instrução pública no Piauí*. Teresina: Papelaria Piauiense, 1922. p. 17.
- 2 OLÍMPIO et al, 1922, p. 163-166.
- 3 Com a vigência de leis que permitiam o decréscimo do salário dos professores primários que não alcançassem determinado número de alunos por aula, os próprios governadores acusavam as estatísticas escolares de possíveis falsificações.
- 4 AMIGOS e srs. redatores da Reforma. *A Reforma*, Teresina, ano 1, n. 15, 7 jul. 188, p. 37; OLÍMPIO et al, 1922, p. 94.
- 5 FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988. p. 91.
- 6 Governou no período de 1º de julho de 1920 a 1º de julho de 1924.
- 7 Governou no período de 1º de julho de 1924 a 1º de julho de 1928.
- 8 OLÍMPIO et al, 1922, p. 138.
- 9 NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. v. 4, p. 48-52; CASTELO BRANCO, Miguel de Sousa Borges Leal. *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis, que ocuparam cargos de importância na Província do Piauí*. Teresina: Tipografia da Imprensa, 1879; OLÍMPIO et al, 1922, p. 49-54.
- 10 OLÍMPIO et al, 1922, p.137.
- 11 NUNES, 1975, v. 4, p. 51.
- 12 OLÍMPIO et al, 1922, p. 140-141.
- 13 Governou no período de 5 de outubro de 1886 a 5 de novembro de 1867.
- 14 FREITAS, 1988, p. 85-86.
- 15 PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o exmo. sr. Presidente Dr. Sival Odorico de Moura passou a administração da Província do Piauí*

- ao Exmo. Sr. 4º vice-presidente Manoel Ildefonso de Sousa Lima, no dia 31 de dezembro de 1881. Teresina: [s.n], 1881.
- 16 POR ATO. *O Semanário*, Teresina, ano 7, n. 259, 5 ago. 1882.
- 17 NOMEAÇÃO. *A Imprensa*, Teresina, ano 22, n. 940, 23 out.1886.
- 18 PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o exmo. sr. dr. Firmino Lincinio da Silva Soares 1º vice-presidente da Província do Piauí passou a administração da mesma ao Exmo. Sr. Dr. Raimundo José Vieira da Silva no dia 26 de setembro de 1888*. Teresina: Tipografia da Reforma, 1888.
- 19 PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o exmo. sr. Presidente dr. Raimundo José da Silva passou a administração da Província do Piauí ao 2º vice-presidente exmo. sr. dr. Firmino de Sousa Martins no dia 27 de junho de 1889*. Teresina: Tipografia da Imprensa, 1889.
- 20 OLÍMPIO et al, 1922, p. 138.
- 21 CUNHA, Luís Antônio. *A universidade temporã: da Colônia à era Vargas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- 22 Decreto 2.619 de 27 de setembro de 1897 apud OLÍMPIO et al, 1922, p. 143.
- 23 ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Raimundo Artur de Vasconcelos, em 1º de junho de 1897*. Teresina: Tipografia do Piauí, 1897. p. 8-9.
- 24 ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Raimundo Artur de Vasconcelos, em 2 de junho de 1898*. Teresina: Tipografia do Piauí, 1898.
- 25 ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Raimundo Artur de Vasconcelos, em 2 de junho de 1898*. Teresina: Tipografia do Piauí, 1898.
- 26 OLÍMPIO et al, 1922, p. 104.
- 27 CUNHA, Edison. *Meu curso secundário. Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, p. 115-117,1957.
- 28 ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Arlindo Francisco Nogueira, em 1º de junho de 1904*. Teresina: Tipografia do Piauí, 1904. p. 7-11.
- 29 ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Álvaro de Assis Osório Mendes, em 1º de junho de 1906*. Teresina: Tipografia do Piauí, 1906. p. 8-9.
- 30 ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Álvaro de Assis Osório Mendes, em 1º de junho de 1907*. Teresina: Tipografia do Piauí, 1907. p. 5-6.
- 31 ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Miguel de Paiva Rosa, em 1º de junho de 1913*. Teresina: Tipografia Paz, 1913. p. 18-25.
- 32 ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Miguel de Paiva Rosa, em 1º de junho de 1914*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Liga Marítima Brasileira, 1914.
- 33 ESTADO DO PIAUÍ, 1914.
- 34 O ENSINO público e a Reforma Rivadávia. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 4, n. 99, p. 1, 3 maio 1914.
- 35 ESTADO DO PIAUÍ. *Relatório apresentado ao Exmo Dr. Miguel Paiva Rosa, m.d. governador do Piauí, pelo Dr. Luís de Moraes Correia, Secretário de Estado do Governo, em Teresina, 30 de abril de 1914 apud Diário do Piauí*. Teresina, ano 4, n. 126, 5 jun. 1914.
- 36 Decreto 11.530 de 18 de março de 1915 apud OLÍMPIO et al, 1922, p. 145.
- 37 CUNHA, 1986. p. 7; ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Miguel de Paiva Rosa, em 1º de junho de 1915*. Teresina: Tipografia do Piauí, 1915. p. 7-9; OLÍMPIO et al. 1922, p. 145.
- 38 OLÍMPIO et al, 1922, p. 150.
- 39 Governou no período de 1º de julho de 1920 a 1º de julho de 1924.
- 40 OLÍMPIO et al, 1922, p. 21.
- 41 Governou no período de 28 de maio de 1864 a 3 de agosto de 1866.
- 42 Governou no período de 31 de dezembro de 1881 a 12 de maio de 1882.

- 43 Governou no período de 12 de maio de 1882 a 5 de abril de 1883.
- 44 ESCOLA Normal. *A Imprensa*, Teresina, ano 17, n 729, 11 maio 1882, p. 2-3.
- 45 Então redator do jornal oposicionista *A Época*.
- 46 ESCOLA Normal. *A Imprensa*, Teresina, ano 18, n. 739, 7 ago. 1882, p. 4.
- 47 DE ORDEM. *A Imprensa*, Teresina, ano 18, n. 739, p 4, 7 ago. 1882.
- 48 FREITAS, 1988, p. 91.
- 49 Ao longo da década de 1880, os jornais *A Época* e *A Imprensa* alter-naram-se como jornais ora da situação, ora de oposição, a depender dos gabinetes no poder.
- 50 ESCOLA Normal. *A Imprensa*, Teresina, ano 17, n. 729, 11 maio 1882. p. 2-3.
- 51 Com a queda do Gabinete Liberal em outubro de 1885 houve no Piauí, no governo de dois dias de Raimundo de Arêa Leão, uma derrubada geral dos ocupantes das posições públicas ligadas àque-le partido. E nesse contexto que vai demitido o lente da Escola Nor-mal, Raimundo Antônio Borges. Também por razões políticas, pouco tempo depois de contratado, foi demitido Simplicio Coelho de Re-sende, do Partido Conservador.
- 52 Higinio Cunha era o redator chefe de *A Imprensa*. Considerando o estilo, as idéias defendidas e a bibliografia citada, bem como as res-postas do jornal *A Época*, é provável que ele fosse o autor dos arti-gos.
- 53 ESCOLA Normal. *A Imprensa*, Teresina, ano 22, n. 927, 24 jul. 1886.
- 54 ESCOLA Normal. *A Época*, Teresina, ano 8, n. 416, 7 ago. 1886.
- 55 A ÉPOCA e a Escola Normal. *A Imprensa*, Teresina, ano 22, n. 930, 14 ago. 1886.
- 56 ESCOLA Normal. *A Reforma*, Teresina, ano 2, n. 58, 30 jun. 1888, p. 3.
- 57 O vice de Anísio de Abreu era Antonino Freire. Com a morte da-quele foi convocada a eleição que referendou o seu nome para o governo. Miguel Rosa, por sua vez, foi Diretor Geral da Instrução Pública nos dois governos.

- 58 OLÍMPIO et al, 1922, p. 12-14.
- 59 ESTADO DO PIAUÍ, 1922, p. 19.
- 60 ESTADO DO PIAUÍ, 1922, p. 19.
- 61 Governou no período de 1º de julho de 1920 a 1º de julho de 1924.
- 62 O Liceu, como foi visto, atravessava crise que se prolongava por mais de uma década.
- 63 TEM CHEGADO... *Diário do Piauí*, Teresina, ano 1, n 23, 23 mar. 1911, p. 1.
- 64 ESTADO DO PIAUÍ, 1913, p. 18-25.
- 65 ESTADO DO PIAUÍ, 1913.
- 66 ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Miguel de Paiva Rosa, em 1º de junho de 1915*. Teresina: Tipografia do Piauí, 1915. p. 7-9.
- 67 FREITAS, 1988, p. 148; NUNES, 1975, p. 292.
- 68 FREITAS, 1988, p. 146.
- 69 ESTADO DO PIAUÍ, 1904, p. 7-11.
- 70 OLÍMPIO et al, 1922, p. 102.
- 71 ESCOLA Industrial de Teresina. *Almanaque do Cariri*, Teresina, p. 152-153, ano 1952.
- 72 DE ORDEM. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 1, n.16, 14 mar. 1911, p. 3.
- 73 DE ORDEM. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 33, 4 abr. 1911, p. 4.
- 74 AS ESCOLAS. *Correio de Teresina*, Teresina, ano 1, n. 18, 9 jun. 1913, p. 1.
- 75 ESCOLA dos Artífices. *Correio de Teresina*, Teresina, ano 1, n. 45, 15 dez. 1913.
- 76 FREITAS, 1988.

Ensino particular

3.1 Aulas particulares avulsas

As aulas particulares de instrução primária e de matérias isoladas da instrução secundária foram uma constante no panorama educacional do Piauí desde a primeira metade do século XIX. Elas existiram em grande número em Teresina, bem como nas vilas e nas próprias fazendas, pois a instrução pública no interior era ainda mais deficiente do que na capital.

Os anúncios dessas aulas se sucediam na imprensa, dando conta de aulas particulares do sexo masculino, do sexo feminino e das matérias exigidas para os preparatórios, de acordo com a especialização e habilitação dos professores.

Em 1886, José de Castro Lima, que posteriormente assumiu cadeira do Liceu e foi professor da Escola Noturna, ensinava em sua casa, situada na praça Saraiva - Aritmética, Álgebra e Geometria.¹

Nesse mesmo ano, Corina Rosa da Paz, filha do capitão Manuel da Paz e futura senhora Higino Cunha, com autorização paterna, anunciava seu curso de primeiras letras para meninas e pessoas de seu sexo na casa de sua residência. Incluía na sua aula os trabalhos de agulha.²

O preço corrente, tanto para a aula primária como para quaisquer das matérias do curso secundário, era de Rs. 3\$000 mensais, que permaneceria por toda a década. Em

geral, as aulas mais caras, em torno de Rs. 5\$000 eram as de Música e de Escrituração Mercantil.

Conrado José Nogueira, também cobrando Rs. 3\$000 mensais, ministrava aulas particulares de Português, Latim e Francês, em Valença.³

Alguns donos de colégio iniciavam-se no magistério por meio de aulas em casa. Foi o caso, por exemplo, do bacharel Antônio de Sousa Rubim, diretor e proprietário, a partir de 1887, do Colégio de Nossa Senhora das Dores. Ele e Apolinário Monteiro da Cunha ensinavam, na casa do segundo, Português, Francês, Filosofia e Retórica.⁴

Era prática comum, entre os professores do Liceu, a manutenção de aulas particulares da disciplina que ministravam naquele estabelecimento.

Vez ou outra, apareciam cursos gratuitos. Em 1886, o lente de Inglês do Liceu, farmacêutico José Pereira Lopes, anunciava a realização naquele educandário, a partir de 23 de agosto, de Curso de Ciências Físico-Químicas. A justificativa do professor para a realização do curso repousava na sua crença de que “sem o ensino dessas ciências a instrução pública não poderia se assentar em bases sólidas”. E acrescentava: “sem o auxílio da Física e da Química não se pode explicar satisfatoriamente o evolucionismo das idéias e do progresso científico”.⁵ A *Imprensa* de 28 de agosto daquele ano publica nota elogiando a iniciativa do professor. Fazia igualmente a apologia do estudo das ciências naturais, mas considerava o programa do curso muito ambicioso, dadas as ocupações do farmacêutico que era também dono da Botica do Povo.

Os anúncios às vezes são acompanhados de justificativa da oferta do curso, onde o anunciante expressa sua posição quanto à educação.

Observou-se, na perspectiva expressa pelos bacharéis formados no Rio de Janeiro – vinham do Rio principalmente engenheiros e farmacêuticos – um apego muito maior às idéias positivistas. Era o caso não só de José Pereira Lopes, mas igualmente do engenheiro José Faustino da Silva, cujas posições remetem claramente a Augusto Comte. Os bacharéis oriundos de Pernambuco tinham posições positivistas muito mais nuançadas, quando não se colocavam abertamente contra o positivismo comteano, caso de Cloaldo Freitas e, em menor grau, de Higino Cunha.⁶

Os exemplos tomados acima são apenas ilustrativos, pois a oferta de aulas particulares avulsas é uma constante em todo o período.

3.2 O Colégio de Nossa Senhora das Dores

A instrução secundária no Piauí, durante a década de 1880, desenvolveu-se nas aulas particulares de disciplinas isoladas, no Liceu Piauiense, no Colégio de Nossa Senhora das Dores e no Colégio Jugurtiano, de que trataremos posteriormente. Não encontramos quaisquer evidências de que tenham funcionado outras escolas com esse objetivo nesta década.

Inaugurado a 1º de maio de 1882 e funcionando regularmente pelo menos até 1889 – a partir desse ano não dispomos de informações alusivas ao estabelecimento – ele se constituiu no protótipo do colégio particular do Piauí nas décadas seguintes, daí o interesse do estudo de sua organização e de seu funcionamento.

Colégio de instrução primária e secundária para alunos de ambos os sexos, funcionava como internato, semi-

internato e externato. Os editais publicados na imprensa, ao longo do ano de 1882 e nos seguintes, apenas registram pequenas variações no seu regimento interno. As normas variavam com a condição do aluno e eram basicamente as seguintes. O aluno em regime de internato residia no próprio estabelecimento, mediante mensalidade de Rs. 25\$000, com direito a comida, lavagem, engomado e despesas médicas, em doenças que não ultrapassassem de uma semana. Os alunos internos, do sexo masculino, eram aceitos na faixa etária de oito até 18 anos e os do do sexo feminino, de oito até 12 anos. As crianças do sexo feminino ficavam sob a responsabilidade da esposa do diretor e de sua filha, professora Maria Emília Castelo Branco. Esta, antes da inauguração do Colégio, já exercia em Teresina a função de professora particular de primeiras letras para o sexo feminino. Os alunos semi-internos, além de todas as aulas, tinham direito ao almoço e ao jantar, mediante a mensalidade de Rs. 15\$000. Quanto aos alunos externos, que só deveriam ter acesso à escola no horário de suas aulas, pagavam Rs. 3\$000 por cada disciplina em que se matriculassem.⁷

Nos primeiros anúncios, a informação reforçada era a da inexistência em Teresina de colégio que aceitasse alunos internos e o público alvo era sobretudo o do interior da Província. O Diretor anunciava para 1883 a abertura de curso "com professores reconhecidamente habilitados, para todas as matérias do secundário",⁸ o que ocorreu no primeiro semestre de 1882, pois houve participação de vários alunos nos exames de preparatórios realizados no mês de julho.⁹

A aula primária feminina, sob a responsabilidade de Maria Emília Castelo Branco, custava Rs. 3\$000 mensais e incluía as seguintes matérias: Princípios de Moral e Reli-

gião; Leitura e Caligrafia; Elementos de Gramática Portuguesa; as quatro Operações Fundamentais; Sistema Métrico Decimal e Trabalhos de Agulha.

Veza ou outra apareciam alterações no edital inicialmente publicado, indicando alternativas de pagamento para os pais ou responsáveis, por exemplo, a mensalidade de Rs. 20\$000 sem direito a lavado e engomado. Num primeiro momento, a mensalidade incluía apenas o ensino de primeiras letras e indicava-se a possibilidade de freqüência às aulas particulares da cidade – ao preço corrente de Rs. 3\$000 cada ou os estudos no Liceu, que cobrava somente a importância das matrículas. Havia a ressalva de que o material escolar do aluno era por conta dos pais ou tutores e que os "pensionistas estavam dispensados de trazerem, para seu uso, escravos ou criados".¹⁰

A 4 de março de 1882, publicou-se alteração no Regulamento passando a ser incluída na mensalidade dos pensionistas, tanto a instrução primária quanto a secundária. No caso desta, posteriormente, impôs-se como limite para freqüência gratuita um máximo de quatro aulas ou cadeiras, sendo as excedentes pagas a Rs. 3\$000 cada. No primeiro ano de funcionamento, o Colégio estava situado na Rua Paissandu, nº 9.

Em 1882, dirigiam o estabelecimento – Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco e seu cunhado Antônio Alves de Noronha. A instrução feminina era ministrada por senhoras da própria família. Seus horários não coincidiam com os da aula primária do sexo masculino.

A instrução secundária, desde o primeiro ano, constava de nove cadeiras, com 11 matérias, provavelmente todas as disciplinas requeridas nos exames preparatórios às

escolas superiores do Império. Eram as seguintes: Português, Latim, Francês, Geografia, História, Filosofia, Retórica e Poética, Geometria e Álgebra, além de Aritmética. Funcionavam ainda aulas de Escrituração Mercantil e de Música.¹¹ A promessa feita com relação à qualificação dos professores fora cumprida e, de um total de 15 professores, entre titulares e substitutos, sete eram bacharéis em Direito, médicos ou engenheiros.

As aulas que não constavam dos preparatórios, Escrituração Mercantil e Música, eram mais caras - Rs. 5\$000 mensais. Posteriormente foram abertas aulas de Desenho Linear, Inglês, Italiano e Alemão.¹²

A inauguração oficial do Colégio de Nossa Senhora das Dores ocorreu a 1º de maio de 1882, embora as aulas já tivessem sido iniciadas a 22 de abril. A solenidade foi dirigida pelo vice-presidente da Província, Dr. Manoel Ildefonso de Sousa Lima e a ela "compareceram as principais autoridades e todas as pessoas gradas da sociedade". A ata de inauguração foi assinada por 68 cavalheiros, entre autoridades e outras pessoas da sociedade. Discursaram além do Vice-Presidente da Província, o Diretor da Instrução Pública, Dr. Gabriel Ferreira, o Dr. José Faustino da Silva, lente do Colégio e os jovens Benjamim Rubim e Jugurta Couto.¹³

A nota dominante nos discursos era a idéia da educação como o primeiro elemento do progresso humanitário e como a mais palpante necessidade da população do Piauí. Além desse ponto comum, o discurso do Dr. José Faustino da Silva fez a apologia do progresso e da ciência e um incitamento à educação da mulher, que estaria sendo injustiçada, pois era excluída da herança da ciência dos antepassados.

Dirigindo-se à mulheres, exclamava "[...] deveis também ser o meio para a consecução e propagação dos preceitos santos da moral, deveis ser a educadora da mocidade". O autor se autoproclamava propugnador e propagador das idéias do século.¹⁴

Em julho de 1882, 29 das aprovações nos exames de preparatórios foram atribuídas a alunos internos e externos do Colégio Nossa Senhora das Dores, que se haviam submetido a exames em nove diferentes matérias. Em setembro desse ano, a aula de instrução primária do sexo feminino contava 19 alunas, e a do sexo masculino, 26 alunos. Na instrução secundária eram 103 os matriculados, incluindo-se 11 inscrições na aula de Música.¹⁵ Nos preparatórios de novembro, 32 das aprovações foram devidas a alunos do estabelecimento. A escola contava, em outubro, com um mínimo de 11 alunos internos, conforme se verifica de homenagem prestada a Miguel Borges na passagem do dia da Pátria.¹⁶

Não dispomos de outras notícias sobre essa escola até 1886, mas é possível que tenha funcionado regularmente ao longo dos anos de 1883 a 1885. No ano seguinte, a imprensa publica notícias acerca do agravamento do estado de saúde de seu proprietário, o que vai culminar com sua morte em 1887. Há informações na bibliografia de que o educandário teria perdido em qualidade, o que, de resto, não foi comprovado.¹⁷

Em expediente publicado em 1886 observou-se que as normas regulamentares não haviam sofrido alterações importantes. A partir desse ano, o Colégio passava a receber alunos, maiores de 17 anos, que poderiam optar por não se submeterem ao regulamento disciplinar do internato - ho-

rário de saída, por exemplo. Esses alunos ficariam em aposentos separados, independentes dos demais alunos internos. Em razão disso, pagariam mensalidade mais elevada.¹⁸

No final de 1886, os estatutos sofreram reformulação, destacando-se a modificação na estrutura administrativa. A Diretoria passou a ser composta de três membros, auxiliados por um vice-diretor, um adjunto de vice-diretor e um substituto do adjunto, além de três censores. Cada responsável tinha suas atribuições definidas. A descentralização administrativa certamente guardava ligação com o agravamento do estado de saúde do proprietário, que a esta altura já estava totalmente cego, mas estava igualmente relacionada ao crescimento da escola, que, nesse período funcionava com 16 cadeiras da instrução secundária, incluindo-se Escrituração Mercantil, Música e Desenho Linear. As idades dos alunos aceitos como internos haviam sido alteradas: para os meninos, de seis a 16 anos e para as meninas de seis a 12 anos. Não foram indicadas as razões dessa medida.¹⁹ Aos pais com mais de dois filhos matriculados era concedido abatimento de 5%.

Há, na nova reforma, pistas quanto ao sistema de avaliação do comportamento e do desempenho dos alunos, ou melhor, é indicada a forma de prestação de contas aos pais dos alunos. As notas bem como as informações relativas ao comportamento eram mensalmente registradas no verso dos recibos.

Os alunos internos poderiam, aos domingos e feriados, desde que solicitassem à Diretoria, visitar os parentes, residentes na capital. A volta ao estabelecimento deveria ocorrer até às seis horas da tarde. Entretanto, só poderiam sair acompanhados por colega para esse fim autorizado.

Ocorreram também modificações na aula feminina, agora composta de dois cursos. Foram acrescentadas ao curso anterior as seguintes matérias: Princípios de Contabilidade, Música e Noções de Geografia e História.

Entre junho de 1882 e dezembro de 1886, os alunos foram aprovados em um total de 233 exames preparatórios. Muitos outros já os haviam concluído e estavam frequentando as academias do Império.²⁰

Após a morte de Miguel Borges, ocorrida a 22 de abril de 1887, a propriedade e a direção do Colégio passaram para o bacharel Antônio de Sousa Rubim, que vamos encontrar nessa posição a partir de junho de 1887. O fato de Antônio Rubim ser igualmente proprietário e redator principal do jornal *A Reforma* garantiu a publicação de frequentes notícias sobre o estabelecimento nesse ano e no ano seguinte.

Sob a nova direção, a estrutura básica do Colégio de Nossa Senhora das Dores permaneceu a mesma, funcionando inclusive no mesmo edifício e mantendo os preços do ano anterior.

Alteração na legislação escolar em 1887, determinou, em agosto, a contratação de professor do Liceu para explicar, todos os dias úteis, pontos de Latim e Português. Nesse mesmo mês funcionavam aulas de 14 matérias, incluindo-se Música, Desenho Linear e Escrituração Mercantil. Programava-se para 1888 o início das aulas de Italiano, Física e Química. Houvera também alteração de preços, e a mensalidade, daí em diante, só dava direito a duas aulas.²¹

As matérias de propaganda estavam quase totalmente direcionadas para os pais do interior da Província, e as evidências apontam no sentido de que o educandário funcio-

nava basicamente com alunos internos. O número de preparatorianos oriundos do estabelecimento aparentemente se reduzira. Em novembro de 1887 houve inscrições em 35 exames e em dez disciplinas. O Colégio passara a funcionar em prédio da Rua Bela (atual Teodoro Pacheco), tendo deixado o edifício da rua de São José (atual Félix Pacheco).²²

Em abril de 1888 apareceu o número 1 do jornal *A Luta*, redigido pelos alunos e impresso na tipografia do jornal *A Reforma*. Ocorreria nesse mês nova mudança de endereço e o estabelecimento se instalara à rua da Glória (atual Lisandro Nogueira), nº 1, casa pertencente a Jacob de Almendra Freitas. O diretor afirmava poder receber com vantagens cerca de 50 alunos internos. Fora criada nova aula – denominada Princípios sobre Constituição do Império e o abatimento sobre as mensalidades para pais com mais de dois filhos matriculados passava a ser de 10 %.²³

Foi instalada e funcionou, por todo o ano de 1888, a Sociedade Recreio Juvenil, formada por professores e alunos da instituição, além de outros associados. Embora não tenham sido localizados os estatutos da Sociedade, é possível inferir alguns aspectos de sua organização e de seu funcionamento a partir de pequenas notas publicadas na imprensa. A Sociedade funcionava no próprio Colégio e, em abril de 1888, era presidida pelo diretor. Realizava reuniões aos sábados e à cada sessão era eleito um orador que deveria abordar, na reunião seguinte, um tema de interesse do grupo. Alguns dos temas desenvolvidos nesse ano foram a emancipação da mulher, o desenvolvimento literário no Brasil e principalmente no Piauí e o abolicionismo no Brasil desde o seu aparecimento até a lei de 13 de maio. Eventualmente os discursos eram publicados na imprensa,

como foi o caso do último, pronunciado pelo aluno Joaquim Belmont, a 5 de agosto.²⁴

A Sociedade Recreio Juvenil foi responsável pelas comemorações do 6º aniversário do Colégio, a 1º de maio de 1888. Para o evento convidou “todos os sócios correspondentes das diversas associações artísticas e literárias da capital”. A festa dividiu-se em duas sessões: a sessão literária, entre seis e meia e oito horas da noite e a sessão dançante, das oito às duas da madrugada.

A sessão literária, presidida pelo diretor do Colégio e da Sociedade, constou de eleições diretas para os diversos cargos da Diretoria – presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários e tesoureiro, de vários discursos e da distribuição do segundo número do jornal *A Luta* entre os presentes à solenidade.

A ata da 27ª sessão da Sociedade Recreio Juvenil datada de 21 de julho de 1888 – o que indica que a sua criação deve ter ocorrido em 1887 – consignou a presença de 18 sócios, além do diretor. Sete sócios não compareceram à reunião por falta de aviso, razão pela qual foram dispensados da multa regulamentar. Nessa reunião foram propostos e aceitos cinco novos sócios e nomeadas duas comissões para recebê-los. Nesse dia também foi aprovada a proposta de eliminação das dívidas dos sócios com mensalidades em atraso. Houve discurso do orador oficial e eleição do próximo sócio a tomar a palavra.²⁵

Vale referir que, durante esta década e nas seguintes, proliferaram essas associações e cada escola de curso secundário possuía uma ou mais sociedades semelhantes, com seus respectivos jornais. Algumas não estavam ligadas ao meio escolar e tinham objetivos apenas recreativos, em es-

pecial voltadas para o desenvolvimento da música e do teatro em Teresina.

As últimas informações sobre essa instituição escolar datam do segundo semestre de 1888 e, dentre elas consta a de que as aulas do estabelecimento reabrir-se-iam a 2 de janeiro de 1889.

Há algumas indicações quanto ao número de alunos. Em julho de 1888, funcionava com 23 alunos internos. No mês anterior, as matrículas nas nove matérias da instrução secundária atingiam a 67. Eram quatro as inscrições na aula primária, que custava Rs. 2\$000 por aluno. Em setembro eram 25 os alunos internos e 88 o número de matrículas nas matérias de instrução secundária. Nos exames preparatórios de novembro, 26 alunos foram aprovados nas provas de Inglês, Aritmética, Latim e Português.

Não temos pistas sobre o funcionamento do Colégio de Nossa Senhora das Dores após o ano de 1889, até quando seguramente o estabelecimento existiu.

De todo modo, foi grande sua projeção na Província do Piauí e fora dela. Em Fortaleza, no Ceará e seguindo o seu modelo, funcionava, em 1914, no 15º ano, o Instituto Miguel Borges, propriedade e direção de Odorico Castelo Branco, um dos antigos professores do estabelecimento.²⁶

3.3 Ateneu Piauiense

Inaugurado em 1903, o Ateneu Piauiense foi um dos colégios particulares dirigidos por Abdias Neves em Teresina. Os outros foram o Colégio São Vicente de Paula e o Internato 24 de Janeiro.

Não dispomos de informações relativas ao seus primei-

ros anos de funcionamento, com exceção do depoimento de Edison Cunha, estudante secundarista no Liceu Piauiense entre 1903 e 1907, para quem:

Abdias Neves [...], fundando, por essa época o Ateneu Piauiense, para o ensino primário e secundário, revolucionou completamente os velhos métodos de educação, até então vigorantes, sob o regime dos castigos corporais, abolindo-os completamente e criando uma mentalidade investigadora na mocidade piauiense. Foi o começo da decadência dos colégios particulares que funcionavam sob a égide da palmatória, do magister dixit, das sevícias.²⁷

Segundo a mesma fonte, do Ateneu Piauiense, do Colégio Diocesano e do curso particular do professor João Costa saiu uma plêiade de estudantes que veio a se destacar posteriormente nas letras e na política do Estado. A partir da lista de nomes feitas por Edison Cunha é possível sugerir que as famílias de mais alta renda da capital preferiam colocar seus filhos nos colégios particulares.²⁸

Durante o ano de 1908, há várias referências ao Ateneu na imprensa periódica. Suas aulas nesse ano tiveram início a 10 de janeiro e o internato era dirigido por Matias Olímpio e Abdias Neves. O edifício em que funcionava havia sido reformado, a mobília escolar substituída e uma remessa de aparelhos provavelmente de laboratórios, acabava de chegar de Paris.²⁹

A mensalidade cobrada, de Rs. 40\$000, dava direito às refeições, casa, roupa lavada e gomada e ensino de até quatro matérias. O estabelecimento funcionava com instrução primária e secundária, e a imprensa publicava elogios ao desempenho de seus alunos nos exames do Liceu, o que

era considerado prova do "brilhante método de ensino ali desenvolvido". As rigorosas condições de higiene do estabelecimento eram constantemente lembradas.³⁰

Em junho de 1908 circulou um boato, logo desmentido, de que Abdias Neves e Matias Olímpio haviam deixado a diretoria do colégio. O fato gerador fora a contratação, para auxiliar naquele mister, do Dr. Agnelo Costa. Neste ano, a escola estava localizada na praça Saraiva em "vastas e higiênicas acomodações".³¹

O Ateneu Piauiense passou um período desativado, provavelmente entre os anos de 1909 e 1913. Nesse ano, a 1º de março, estava em funcionamento sob a direção intelectual de Abdias Neves e instalado em casa de residência do capitão Raimundo Neves, novo sócio do primeiro.³²

O período letivo de 1914 teve início a 7 de janeiro. Do anúncio publicado a 8 desse mês constam as seguintes informações: colégio fundado a 30 de abril de 1903 e dirigido por Abdias Neves foi fechado por algum tempo, quando seu diretor esteve no Rio de Janeiro. A reabertura não se fez logo, aguardando a reforma de ensino sancionada pelo Presidente da República. A reforma a que fazia referência era certamente a de Rivadávia Correia e o presidente Hermes da Fonseca. Acrescentava que o Ateneu sempre tivera elevada frequência, alcançando até 95 alunos. Aceitava alunos na condição de internos, semi-internos e externos. O internato estava sob a responsabilidade do capitão Raimundo Neves, que era na época secretário do Liceu, e que ocupava o cargo de vice-diretor do Ateneu.³³

Os Estatutos, datados de 1914, trazem outras informações acerca do funcionamento do Ateneu. Os alunos internos pagavam Rs. 40\$000 de mensalidade, pagamento adi-

antado mais Rs. 30\$000 de jóia, tendo direito, como em 1908, a casa, comida, roupa lavada e engomada, médico no caso de doenças leves, barbeiro e à frequência em quatro disciplinas dentre as ofertadas pelo colégio. Matérias adicionais seriam à base de Rs. 5\$000 cada.

O colégio, estritamente masculino, funcionava com os cursos primário, complementar e secundário. As disciplinas estão especificadas no Estatuto. A Educação Física aparece como disciplina obrigatória e não há ensino religioso. Os alunos deveriam ter um enxoval básico, definido pela instituição e devidamente marcado. O período letivo se estendia de 7 de janeiro a 15 de novembro, com uma semana de férias ao longo do ano.³⁴

Nesse período, Abdias Neves era também professor de Lógica e de Alemão no Liceu e de Pedagogia na Escola Normal. Eleito em 1915 para o Senado Federal, não temos informações quanto à continuidade ou não desse estabelecimento de ensino. 1915: ABDIAS NO

3.4 Instituto 21 de Abril

Como para os demais colégios da iniciativa particular, no caso do Instituto 21 de Abril as informações são relativas a poucos anos e basicamente constituídas de material ligado à propaganda.

Com o propósito de ser inaugurado a 21 de abril de 1911, mas realmente instalado a 1º de maio, oferecia curso completo de estudos primários e secundários, adaptados ao Regulamento da Instrução em vigor, no caso o de 1910. Localizado à rua Grande (atual Álvaro Mendes), nº 6, recebia alunos internos, semi-internos e externos. Os preços

cobrados eram de Rs. 50\$000 para alunos internos, de Rs. 35\$000 para semi-internos e Rs. 5\$000 para cada matéria do curso secundário. O curso primário, que prometia “um sólido alicerce ao secundário”, custava Rs. 10\$000 mensais.³⁵ Era dirigido pelos bacharéis Simplício de Sousa Mendes e Antônio Carvalho Filho.

Dois anos depois, em 21 de abril de 1913, em solenidade presidida por Higino Cunha e secretariada pelo Dr. Francisco Pires de Castro e pelo padre Cícero Nunes, reitor do Seminário Episcopal, festejava-se o aniversário do colégio, que era então dirigido apenas pelo Dr. Antônio Carvalho Filho. Higino Cunha encerrou a sessão solene desenvolvendo o tema - O papel da instrução e da educação cívica.³⁶

Em junho de 1913, o jornal *Correio de Teresina* publicou, como parte de uma série sobre as escolas em Teresina, as impressões de visita feita ao Instituto. A direção da escola continuava sob a responsabilidade do Dr. Antônio Carvalho Filho, que era também professor de Escrituração Mercantil, Português para o 1º ano do curso secundário e professor do curso primário. Faziam parte do quadro docente: o Dr. Manoel Sotero Vaz da Silveira (Português, História Natural, Física e Química); o Dr. Alberto Correia Lima (Português, Francês, Latim, História Universal e do Brasil); o Dr. Luís Evandro Teixeira (Inglês); o Dr. Nilo Brito (Geografia) e João de Castro Lima (Matemática).

Há indicações sobre os compêndios e os métodos adotados. O programa do curso primário baseava-se na coleção de Felisberto de Carvalho, para a Geografia usava-se o compêndio de Sávio e para o Português a gramática de João Ribeiro. O curso de Aritmética usava métodos modernos, fora da rotina das tabuadas. O Francês, prático, seguia a Escola de Berlitz.

A matrícula total era de 150 alunos e a frequência de 128, sendo 87 externos e 41 internos.

Se as referências ao corpo docente e aos métodos empregados eram as mais elogiosas, o mesmo não se aplicava às instalações físicas. O prédio era considerado “sem as acomodações e a higiene que seriam exigidos para estabelecimentos dessa natureza”. O articulista generalizava a observação afirmando ser aquela falta sem correção, acrescentando que “em Teresina, [...] todos os prédios possuíam as mesmas disposições estéticas, parecendo mesmo que todos foram por uma só mão, feitos”.³⁷

No final de 1913, o Dr. Alberto Correia Lima, que também ministrava as aulas de Educação Moral, foi admitido na direção do Instituto. A mesma circular que dava essa informação comunicava igualmente a introdução da Educação Física e a admissão de alunos pensionistas, que residiriam em domicílio independente, não se submetendo, pois, ao regime familiar do internato. A direção do estabelecimento prometia a instalação de uma sala de estudos para meninas, em separado, assistidas por uma senhora e lecionadas pelos professores. O internato abria-se também para meninas, que poderiam residir com a família do diretor. As aulas secundárias haviam tido redução no preço de Rs. 5\$000 para Rs. 4\$000. Funcionavam três cursos especiais: os de Inglês e Francês, práticos, e o de Escrituração Mercantil.³⁸

As aulas do ano letivo de 1914 foram iniciadas a 1º de fevereiro. Nesse ano, o Instituto fez extenso pedido de material escolar incluindo mapas e quadros para as aulas de História, de Geografia e de História Natural, além de diversos aparelhos para a instalação de laboratórios.³⁹

O curso primário incluía aulas de Leitura Interpretada, Elocação e Redação; Desenho e Caligrafia; Elementos de Ciências Naturais; Elementos de Geografia; Elementos de Aritmética; Primeiras Noções de Português e de Francês; História do Brasil; Educação Cívica e Lições de Couzas.

O ensino secundário era composto das seguintes matérias: Português, Francês, Inglês, Latim, Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria, Geografia e Cosmografia, História Universal e do Brasil, Física e Química, História Natural e Desenho, Noções de Higiene, Instrução Cívica e Lógica.

Continuavam sendo ministrados os cursos especiais de Escrituração Mercantil, Conversação em Língua Inglesa e Francesa.

A análise do curso secundário do Instituto 21 de Abril e de outras escolas fundadas após 1910, caso da Escola Normal Oficial, evidencia que entraram em vigor alterações que vinham sendo propostas desde as últimas décadas do século anterior no sentido de tornar mais prático o ensino. Assim, a Filosofia, a Retórica, a Poética, o Ensino Moral e Religioso e disciplinas similares deixaram de aparecer nos currículos, cedendo espaço para as Ciências Naturais - História Natural, por exemplo, que incluía noções de Zoologia e Botânica. Abrem-se espaços para as noções de higiene e para os rudimentos de ciências aplicadas como a Agronomia, a Cosmografia e a Meteorologia. Os cursos de desenho tornaram-se mais freqüentes, a Educação Cívica e a Educação Física em muitos casos foram tornadas obrigatórias e houve maior interesse, em algumas escolas, pela divulgação da Geografia e da História do Piauí.

A tendência nesse período era a de tornar o ensino menos teórico e de aproximá-lo tanto quanto possível da realidade do país. Essas propostas em boa parte seguiam as diretrizes positivistas e científicas que orientavam os pedagogos e políticos de então.

A modernização do ensino passa então pela perspectiva e pela tentativa de tornar o saber operacional e operacionalizável - o saber é proposto enquanto possibilidade de se realizar como interferência e alteração da realidade próxima.

3.5 Outras escolas particulares

3.5.1 Colégio Jugurtiano

Inaugurado em 1º de julho de 1886, funcionava na residência do proprietário e diretor - Jugurta Couto, situada à rua da Glória. Segundo o anúncio, sua ênfase estava na alfabetização de crianças, o que prometia fazer dentro de um ano "caso ele [aluno] não se torne rebelde aos estudos e tenha pouca assiduidade na aula". A alfabetização, cujo prazo o proprietário definia como "diminutíssimo", devia-se "aos excelentes e modernos métodos de ensino que não se acham ainda propagados na Província".⁴⁰

O curso ofertado constava de Caligrafia, Leitura, História Sagrada, Aritmética, Lições Elementares de Geografia e História, Ortografia e Gramática Nacional. A aula anunciada era apenas de instrução primária.

Em março de 1887 contava mais um diretor, Leônidas e Sá, e cobrava mensalidade de Rs. 3\$000.⁴¹

Em setembro desse ano, os diretores anunciavam a cri-

ação de aula de Música, que deveria funcionar aos domingos, ao meio-dia e para a qual estavam escolhendo professor habilitado. Como ocorria com seus concorrentes, oferecia desconto aos pais que tivessem dois alunos ou mais matriculados.⁴²

Dentro do espírito de divulgação da instrução popular, o Colégio Jugurtiano abriu “uma aula noturna [...] para pessoas paupérrimas”, que deveria funcionar a partir de 1º de setembro às segundas, quartas e sextas-feiras de cada semana.

A última notícia localizada acerca do Colégio Jugurtiano data de 21 de outubro de 1887. Trata de homenagem prestada pelos alunos ao diretor que voltava de viagem a Campo-Maior. A solenidade, como de praxe, contou com foguetório, sessão de discursos e apresentação da banda de música do Corpo Policial.⁴³

Dessa maneira não nos foi possível averiguar nem a continuidade do colégio nem se a aula noturna nele inaugurada teve efeitos práticos maiores que os da antiga escola noturna patrocinada pelo farmacêutico Eugênio Marques de Holanda, em 1880.

3.5.2 Colégio Teresinense

Em relação a essa instituição escolar, localizamos apenas um anúncio datado de 28 de janeiro de 1888, com as seguintes informações: sob a responsabilidade de Roberto Almeida e Raimundo Tote e instalado à rua da Glória, nº 9, o Colégio Teresinense propunha-se a lecionar Português, Francês, Aritmética, Retórica, Geografia e Cosmografia, além de manter um curso de Primeiras Letras.⁴⁴

3.5.3 Colégio São Vicente de Paula

Em 1888 foi fundado em Teresina um estabelecimento de instrução primária com esse nome, conforme nota publicada em *A Reforma*, de 27 de dezembro.

Em 1902, o Colégio São Vicente de Paula, provavelmente o mesmo de 1888, era dirigido por Nestor Conrado. Realizava a 25 de novembro, com a presença de autoridades e dos alunos, sua festa de encerramento do ano letivo.⁴⁵

São as únicas referências localizadas sobre a instituição, afora a informação de que Abdias Neves teria sido, em algum momento do início do século XX, um de seus diretores.

3.5.4 Colégio São Luís

Inaugurado em fevereiro de 1902, era dirigido por Luís Sabino de Melo, pelo Dr. Agrícola Castelo Branco e pelo capitão João da Cruz Monteiro. Oferecia os cursos primário e secundário e era modelado pela lei que organizava o ensino no Distrito Federal.

O curso secundário abrangia as matérias do curso de humanidades exigidas para as matrículas nos cursos superiores do país. Aceitava alunos internos, semi-internos e externos.⁴⁶

Não dispomos de informes quanto à sua duração.

3.5.5 Externato 24 de Janeiro

Só encontramos referência a essa escola no início de 1903, quando de sua instalação. Dirigido por Abdias Ne-

ves, foi inaugurado a 15 de março desse ano, em prédio situado à rua Coelho Rodrigues, nº 11. Destinado exclusivamente à instrução secundária, admitia alunos para aulas de Português, Francês, Inglês, Geografia, Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria. As matemáticas seriam lecionadas por Antonino Freire, engenheiro, na época diretor da Repartição das Obras Públicas, Terras e Colonização.

Os preços eram de Rs. 6\$000 para as línguas e de Rs. 8\$000 para as ciências. Os cursos deveriam ser elaborados de acordo com o programa do Ginásio Nacional. Em maio o número de alunos matriculados nas diversas aulas era de 25.⁴⁷

3.5.6 Escola de Agrimensura

Entre os anos de 1911 e 1912 funcionava em Teresina uma Escola de Agrimensura, não sabemos sob a responsabilidade de que órgão ou instituição. Do seu currículo, constavam cadeiras como as de Física, Matemática e Desenho, em que, em março de 1911, três alunos eram examinados.⁴⁸ Alguns poucos agrimensores concluíram seu curso em Teresina, mas não dispomos de documentação mais detalhada sobre a escola.

Segundo Arimatéia Tito Filho, o fundador da Escola de Agrimensura teria sido Álvaro Freire, que obtivera, na Escola de Engenharia do Rio de Janeiro, o grau de agrimensor e que se teria fixado em Teresina depois de 1910. Álvaro Freire foi professor de Desenho no Liceu Piauiense, na Escola Normal, na Escola de Aprendizes Artífices e em outros educandários. A pista, pois, é de que a escola fosse de iniciativa particular.⁴⁹

Antônio Sobral Filho, um dos fundadores da Escola Normal Livre recebeu o grau de agrimensor por esta escola.

3.6 Colégios católicos

3.6.1 Colégio do Sagrado Coração de Jesus

O Colégio do Sagrado Coração de Jesus foi fundado em 1906, no mesmo ano do Colégio e Seminário Diocesanos, como parte do esforço inicial de renovação da Igreja no Piauí, que há pouco recebera o seu primeiro bispo. A perspectiva naquele momento era de contrapor o ensino católico ao ensino leigo, até então o único desenvolvido e existente no Estado.

É interessante observar que, com a extinção da Escola Normal em 1888 e afora as aulas públicas primárias do sexo feminino e as aulas particulares nas residências das professoras, havia pouco espaço em Teresina para o ensino feminino. A experiência de escola mista particular de maior porte se havia encerrado com o Colégio de Nossa Senhora das Dores, ainda na década de 1880.

O Colégio das Irmãs, nome com que logo se popularizou, provavelmente foi criado como um espaço para a absorção do alunado feminino oriundo das camadas abastadas, quer de Teresina, quer do interior do Estado. É o que se depreende das altas mensalidades a que as alunas, internas e externas, estavam submetidas. No Colégio funcionava também uma aula gratuita.

Antes de ser construída a primeira sede, um grande prédio na avenida Frei Serafim, ainda na primeira década do século XX, o colégio funcionou, nos anos de 1906 e 1907, em casa da rua Teodoro Pacheco e a partir de 1907, no local

denominado Tabajara. A compra do terreno onde hoje se encontra a escola foi efetivada na gestão do primeiro Bispo Diocesano do Piauí, D. Joaquim Antônio de Almeida.⁵⁰ Em 1914, a primeira sede da avenida Frei Serafim já estava em funcionamento, conforme anúncio publicado no *Diário do Piauí* de 12 de janeiro.

O jornal *O Monitor* publicou dois artigos sobre a festa de encerramento do ano letivo de 1908, solenidade cujo objetivo maior foi o de mostrar o grau de cultura das alunas nas matérias ministradas no Colégio. Estas matérias eram: Português, Aritmética, Geometria, Geografia, Cosmografia, História do Brasil, Ciências Naturais, Catecismo e História Sagrada. A solenidade, que contou com a presença do governador do Estado e do bispo diocesano, contou de entretenimento lítero-musical e exposição de trabalhos de agulha. A música instrumental - bandolins, violinos e pianos - foi executada pelas educandas sob a supervisão de um padre e de um presbítero.⁵¹

Em 1914, o Colégio das Irmãs cobrava das alunas internas Rs. 50\$000 por ocasião da entrada e Rs. 40\$000 mensais, sem a inclusão da lavagem de roupa e das aulas de Música e Pintura. As alunas externas pagavam Rs. 5\$000 a título de matrícula e Rs. 5\$000 por cada aula ou prenda doméstica.⁵²

Desde o primeiro ano da fundação, quando seu alunado era composto de 56 alunas externas, seis internas e 90 na escola gratuita, o estabelecimento mantinha-se com suas próprias rendas.

Entretanto, o governador Álvaro de Assis Osório Mendes⁵³ fez a primeira doação pública, como ajuda para construção de prédio já iniciado. A sede definitiva também con-

tou com auxílios públicos, na época da interventoria de Joaquim Lemos Cunha,⁵⁴ auxílio que teve continuidade no governo de Landri Sales Gonçalves.⁵⁵

Em 1931, pelo Decreto nº 1.213, de 11 de abril, o Colégio do Sagrado Coração de Jesus foi equiparado à Escola Normal Oficial.⁵⁶

3.6.2 Colégio Diocesano São Francisco de Sales

São poucas as informações encontradas na imprensa sobre o Colégio Diocesano São Francisco de Sales. Foi criado em 1906, durante a gestão do primeiro bispo do Piauí, D. Joaquim Antônio de Almeida, em momento de acirrada luta político-religiosa em Teresina. Tinha, entre 1913 e 1914, a maior parte de seu corpo docente formada por religiosos, com exceção de dois bacharéis em Direito e um médico.⁵⁷ Confiado em 1913 à direção do cônego Cícero Nunes, em 1914 era dirigido pelo padre Constantino Boson.

Colégio exclusivamente masculino, aceitava alunos internos, semi-internos e externos, para aulas da instrução primária e secundária, esta com todas as matérias exigidas para entrada nos cursos superiores da República. Em 1913, cobrava Rs. 5\$000 por cada matéria da instrução secundária, Rs. 5\$000 a aula de primeiras letras; Rs. 50\$000 a mensalidade dos alunos internos e Rs. 30\$000 a dos semi-internos. O aluno que cursasse mais de quatro preparatórios teria 20% de desconto. Ofertava um curso noturno de preparatórios, nas mesmas condições do diurno.⁵⁸

Em 1914, o estabelecimento estava situado na praça Saraiva, em prédio recém-reformado. Segundo anúncio assinado por um ex-aluno, muitos jovens acadêmicos haviam feito lá os seus preparatórios.⁵⁹

NOTAS

- 1 JOSÉ de Castro... *A Imprensa*, Teresina, ano 21, n. 913, 17 abr. 1886.
- 2 AULA particular. *A Época*, Teresina, ano 8, n. 402, 28 abr. 1886, p. 3.
- 3 CONRADO, José... *A Imprensa*, Teresina, ano 21, n. 925, 26 jun. 1886.
- 4 CURSO secundário. *A Imprensa*, Teresina, ano 22, n. 938, 9 out. 1886.
- 5 CURSO de ciências físico-químicas. *A Época*, Teresina, ano 8, n. 418, 22 ago. 1886, p. 4.
- 6 FREITAS, Clodoaldo. O comtismo. *Revista Mensal*, ano 1, n. 1, p. 2-7, 1887; CUNHA, Higino. O livre pensador adepto de Tobias Barreto. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, ano 19, n. 15, p. 1, dez. 1936.
- 7 COLÉGIO de Nossa Senhora das Dores. *O Semanário*, Teresina, ano 7, n. 234, 11 fev. 1882, p. 4.
- 8 AVISO importante. *O Semanário*, Teresina, ano 7, n. 236, 25 fev. 1882, p. 2.
- 9 COLÉGIO de Nossa Senhora das Dores. *O Semanário*, Teresina, ano 7, n. 260, 12 ago. 1882.
- 10 AVISO importante. *O Semanário*, Teresina, ano 7, n. 236, 25 fev. 1882, p. 2.
- 11 COLÉGIO de Nossa Senhora das Dores. *A Época*, Teresina, ano 5, n. 198, 24 mar. 1882, p. 4.
- 12 NOVA Reforma dos Estatutos do Colégio de Nossa Senhora das Dores. *A Imprensa*, Teresina, ano 22, n. 946, 4 dez. 1886.
- 13 ATA de inauguração do Colégio de Nossa Senhora das Dores. *O Semanário*, Teresina, ano 7, n. 246, 6 maio 1882; FERREIRA, Gabriel Luís. Discursos proferidos por ocasião da instalação do Colégio de Nossa Senhora das Dores, no dia 1º de maio de 1882. *A Imprensa*, Teresina, n. 729, 11 maio 1882, p. 2.
- 14 SILVA, José Faustino da. Discursos proferidos por ocasião da instalação do Colégio de Nossa Senhora das Dores. *A Imprensa*, Teresina, ano 17, n. 730, 19 maio 1882, p. 5.
- 15 COLÉGIO de Nossa Senhora das Dores. *A Época*, Teresina, ano 5, n. 222, 9 set. 1882, p. 4.
- 16 COLÉGIO de Nossa Senhora das Dores. *A Época*, Teresina, ano 5, n. 227, 14 out. 1882, p. 3.
- 17 CAPITÃO Miguel Borges. *A Imprensa*, Teresina, ano 22, n. 936, 25 set. 1886; COLÉGIO de Nossa Senhora das Dores. *A Reforma*, Teresina, ano 1, n. 812, maio 1887, p. 4.
- 18 EXPEDIENTE do Colégio de Nossa Senhora das Dores. *A Imprensa*, Teresina, ano 21, n. 906, 27 fev. 1886.
- 19 NOVA reforma dos estatutos do Colégio de Nossa Senhora das Dores. *A Imprensa*, Teresina, ano 22, n. 946, 4 dez. 1886.
- 20 CADERNETA. *A Época*, Teresina, ano 7, n. 433, 9 dez. 1886.
- 21 COLÉGIO de Nossa Senhora das Dores. *A Reforma*, Teresina, ano 1, n. 19, 5 ago. 1887, p. 4; COLÉGIO de Nossa Senhora das Dores, *A Reforma*, Teresina, ano 1, n. 20, 12 ago. 1887, p. 1.
- 22 COLÉGIO de Nossa Senhora das Dores. *A Reforma*, Teresina, ano 1, n.33, 18 nov. 1887, p. 3.
- 23 COLÉGIO de Nossa Senhora das Dores. *A Reforma*, Teresina, ano 1, n. 49, 5 abr. 1888, p. 4.
- 24 COLÉGIO de Nossa Senhora das Dores. *A Reforma*, Teresina, ano 2, n. 53, 9 maio 1888, p. 3; COLÉGIO de Nossa Senhora das Dores. Ata da 27ª sessão da Sociedade Recreio Juvenil. *A Reforma*, Teresina, ano 2, n. 62, 8 ago. 1888, p. 4.
- 25 COLÉGIO de Nossa Senhora das Dores. Ata da 27ª sessão da Sociedade Recreio Juvenil. *A Reforma*, Teresina, ano 2, n. 62, 8 ago. 1888, p. 4.
- 26 INSTITUTO Miguel Borges. 15º ano letivo. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 4, n.307, fev. 1914, p. 4.
- 27 CUNHA, Edison. Meu curso secundário. *Almanaque da Parnaíba*, p. 115-127, 1957.
- 28 CUNHA, 1957, p. 115-127.
- 29 ARTIGOS sobre Ateneu. *O Monitor*, Teresina, ano 3, n. 62, 2 jan. 1908, p. 4.

- 30 ATENEU Piauiense. *O Monitor*, Teresina, ano 3, n. 77, 16 abr. 1908, p. 3.
- 31 ATENEU Piauiense. *O Monitor*, Teresina, ano 3, n. 82, 1 jul. 1908, p. 2.
- 32 ATENEU Piauiense. *Correio de Teresina*, Teresina, ano 1, n. 7, 24 mar. 1913.
- 33 ATENEU Piauiense. *Correio de Teresina*, Teresina, ano 1, n. 49, 12 jan. 1914, p. 3.
- 34 ESTATUTOS do Ateneu Piauiense. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 4, n. 87, 18 abr. 1914.
- 35 INSTITUTO 21 de Abril. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 33, 4 abr. 1911, p. 4.
- 36 FESTA escolar. *Correio de Teresina*, Teresina, ano 1, n. 11, 21 abr. 1913, p. 2.
- 37 AS NOSSAS... *Correio de Teresina*, Teresina, ano 1, n. 29, 23 jun. 1913, p. 2.
- 38 COLÉGIO 21 de Abril. *Correio de Teresina*, Teresina, ano 1, n. 48, 24 dez. 1913, p. 6.
- 39 COLÉGIO 21 de Abril. *Correio de Teresina*, Teresina, ano 1, n. 49, 12 jan. 1914, p. 1.
- 40 JUGURTA Couto. *A Época*, Teresina, ano 8, n. 400, abr. 1886, p. 4; COLÉGIO Jugurtiano. *A Época*, Teresina, ano 8, n. 418, 22 ago. 1886, p. 4.
- 41 COLÉGIO Jugurtiano. *A Reforma*, Teresina, ano 1, n. 3, 7 abr. 1887, p. 4.
- 42 COLÉGIO Jugurtiano. *A Reforma*, Teresina, ano 1, n. 23, 1 set. 1887, p. 4.
- 43 JUGURTA Couto. *A Reforma*, Teresina, ano 1, n. 29, 21 out. 1887.
- 44 COLÉGIO Teresinense. *A Reforma*, Teresina, ano 1, n. 42, 28 jan. 1888, p. 4.
- 45 COLÉGIO São Vicente de Paula. *Pátria*, Teresina, ano 1, n. 27, 30 nov. 1902, p. 2.

- 46 COLÉGIO São Luís. *Pátria*, Teresina, ano 1, n. 15, 8 fev. 1902, p. 4.
- 47 EXTERNATO 24 de Janeiro. *Pátria*, Teresina, ano 1, n. 19, 8 mar. 1903, p. 2; EXTERNATO 24 de Janeiro. *Pátria*, Teresina, ano 1, n. 29, 16 maio de 1903, p. 4.
- 48 FUNCIONAM, hoje... *Diário do Piauí*, Teresina, ano 1, n. 15, 13 mar. 1911, p. 1.
- 49 TITO FILHO, Arimatéia. *Teresina: ruas, praças, avenidas*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1986. p. 32.
- 50 COLÉGIO Sagrado Coração de Jesus. *Almanaque do Cariri*, Teresina, p. 167-171, ano 1952.
- 51 COLÉGIO Sagrado Coração de Jesus. *O Monitor*, Teresina, ano 3, n. 110, 3 dez. 1908, p. 2; UMA RETIFICAÇÃO. *O Monitor*, Teresina, ano 3, n. 111, 10 dez. 1908, p. 2.
- 52 COLÉGIO Sagrado Coração de Jesus. *Correio de Teresina*, Teresina, ano 1, n. 49, 12 jan. 1914, p. 1.
- 53 Governou no período de 1º de julho de 1904 a 5 de dezembro de 1907.
- 54 Governou no período de 29 de janeiro de 1931 a 21 de maio de 1931.
- 55 Governou no período de 21 de maio de 1931 a 3 de maio de 1935.
- 56 COLÉGIO Sagrado Coração de Jesus. *Almanaque do Cariri*, Teresina, p. 16, ano 1952.
- 57 COLÉGIO Diocesano. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 4, n. 8, 10 jan. 1914, p. 3.
- 58 COLÉGIO Diocesano. *Correio de Teresina*, Teresina, ano 1, n. 5, 10 mar. 1913.
- 59 Um ex-aluno. Colégio Diocesano. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 4, n. 8, 10 jan. 1914, p. 3.

Escolas noturnas

Inchada no fute de clava.

As primeiras referências ao funcionamento de escolas noturnas para a alfabetização de adultos em Teresina datam da década de 1870, mais precisamente de 1871. A informação está em Francisco Augusto Pereira da Costa, segundo o qual, por portaria de 12 de setembro de 1871, o governo provincial criava escola noturna em Teresina, que foi instalada a 18 de setembro, sob a regência do professor Juvêncio Tavares Sarmiento e Silva, com frequência de 50 alunos.¹

Em 1880, por iniciativa do farmacêutico piauiense Eugênio Marques de Holanda, residente no Rio de Janeiro, fundou-se em Teresina escola masculina noturna de primeiras letras, para cujo empreendimento o governo provincial pôs à disposição edifício, situado à praça Saraiva, onde funcionava aula masculina diurna. A aula foi inaugurada solenemente a 17 de agosto e nela matricularam-se 56 alunos. No ano seguinte, a matrícula já era de apenas 27 alunos.

A 26 de janeiro de 1882, em ofício ao Diretor Geral interino da Instrução Pública, Dr. Newton César Burlamaque, o corpo docente formado por Gentil Independente Ribeiro Cavalcante, José de Castro Lima, Antônio Marques da Costa e João Augusto Rosa - comunicava o fechamento da escola "por falta absoluta de alunos".²

O articulista do jornal *O Semanário*, certamente traduzindo os objetivos do patrocinador e dos professores, cujas aulas eram dadas gratuitamente, assim se expressava:

[...] mediante ela [escola noturna] essas turmas mofinas, que passam a vida ignorante e ignorada, teriam um meio fácil de educar-se e aumentar-se em valor político, moral e social [...] Mediante ela, teriam aqueles, cujo olhar não se estende além de seu limiar, um meio cômodo de civilizar-se.³

Estava aí expressa uma posição que tendia a se tornar comum no seio da intelectualidade piauiense que culminaria com as campanhas pelo ensino popular das décadas seguintes. Começava-se também a estabelecer a relação entre o direito do voto, apanágio dos regimes representativos e a necessidade do domínio da leitura e da escrita pelo povo.

Cinco anos depois, em setembro de 1887, sob a responsabilidade de Jugurta Couto e de Leônidas e Sá, diretores do Colégio Jugurtiano, inaugurou-se, no próprio colégio, uma aula noturna para o ensino primário de pessoas "pau-pérrimas", em solenidade a que compareceram autoridades públicas e a imprensa local. Na ocasião, 18 alunos estavam matriculados. Não temos informações sobre a duração de mais esta escola noturna.⁴

NOTAS

1 PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1974. v. 2.

2 A ESCOLA noturna. *O Semanário*, Teresina, ano 7, n. 237, 4 mar. 1882.

3 A ESCOLA noturna. *O Semanário*, Teresina, ano 7, n. 237, 4 mar. 1882.

4 AULA noturna. *A Reforma*, Teresina, ano 1, n. 24, 7 set. 1887, p. 3.

Exames gerais de preparatórios

A primeira referência à realização de exames preparatórios no Piauí diz respeito ao ano de 1875, quando Clodoaldo Freitas os teria concluído no Liceu Piauiense, após tê-los iniciado em São Luís do Maranhão, onde estivera estudando no intuito de seguir a carreira eclesiástica.¹

Provavelmente os exames do Liceu ainda não eram completos durante a década de 1870, pois em 1878 Higinio Cunha se deslocava também para São Luís a fim de frequentar aulas de instrução secundária e submeter-se aos referidos exames.² É possível que se tratasse de fase de organização do Liceu nesse sentido, pois o privilégio da realização de exames preparatórios em províncias em que não havia faculdades era recente, datando de 1873.

Os exames nas capitais das províncias eram feitos perante um delegado da Instrução Pública da Corte, por bancas constituídas por presidente, substituto do presidente, dois examinadores e um substituto para cada matéria, todos nomeados pelo Presidente da Província.

Em 1880, a situação já estava regularizada, pois em junho inscreveram-se 48 examinandos e, em novembro, 79, que realizaram provas de Português, Latim, Francês, Inglês, História, Geografia, Retórica, Filosofia, Aritmética, Geometria e Álgebra.³ O Liceu era então o único estabelecimento de instrução secundária em Teresina e no Piauí.

Em julho de 1882 foram realizados exames das 11 matérias acima referidas, num total de 79 inscrições. Nos anos

seguintes, os exames funcionaram com regularidade.⁴

Tudo leva a crer que os exames logo perderam a credibilidade pública e eram passíveis de fraudes e proteção, havendo denúncias quanto à falta de rigor com que eram aplicados. Nesse sentido, circular do barão de Mamoré aos presidentes das províncias, datada de 4 de fevereiro de 1886, acusa ter recebido notícias de abusos praticados e, face a isso, pede rigor nos exames e severidade por parte das comissões que deveriam ser formadas por pessoas de reconhecida idoneidade moral e intelectual.⁵

Em interessante artigo denominado Proletariado das Letras, publicado no jornal *Pátria*, de 5 de abril de 1903, há referência a cartas de recomendação utilizadas quando dos exames, com a observação de que existiam no passado como exceção, exceção que se tornara a regra no início do século XX. De acordo com o jornalista, poucos estudantes teriam a pretensão de se considerar aprovados nos exames sem as famosas cartas, sendo tido como de mau tom a rejeição a esse sistema. A simpatia do autor era para os exames de madureza, propostos por Rui Barbosa em 1889, mas que só vieram a ter execução muito posteriormente.

Há, nos relatórios oficiais da década de 1880, pelo menos duas referências a irregularidades nos exames. Em 1887, eles foram revistos e a conclusão foi a de que teriam ocorrido de forma regular e criteriosa. Um ano depois, em 1888, houve a suspensão dos exames do segundo semestre que só vieram a ser novamente realizados em janeiro e fevereiro do ano seguinte. As causas foram aprovações totalmente inconcebíveis nas provas de Inglês e de Latim, a primeira sendo presenciada pelo presidente da Província, que adotou a sanção referida. As bancas das duas matérias foram substituídas.⁶

Justificando o ato do presidente da Província, o articulista de *A Reforma* afirmava que “[...] tão escandalosas eram as proteções que se dispensavam a certos estudantes, que eram aprovados mesmo sem ter a menor noção da matéria, que o clamor contra os exames chegou aos ouvidos do exmo.sr.dr. Vieira da Silva, que se dispôs a apreciar por si mesmo a justiça de tais reclamações”. O presidente foi assistir à banca de Inglês e, continua o articulista “a suspensão do exame foi uma medida que se impôs”.⁷

De maneira geral, é possível afirmar, entretanto, que as bancas dos exames preparatórios ao longo dessa década eram constituídas pela elite intelectual da Província, incluindo médicos, bacharéis em Direito, farmacêuticos, engenheiros, além dos professores do Liceu Piauiense. A partir de 1887, Higino Cunha é presença constante, ora como examinador, ora como presidente de mesa ou como substituto em diversos exames, como Português, Francês, Filosofia e História.

O número de alunos que concluíam os preparatórios a cada ano não era grande. Em novembro de 1887, 12 estudantes os concluíram, o que foi motivo de passeata pela cidade e festa comemorativa. Os estudantes promoveram um sarau dançante na casa do major Jacob Almendra, na rua da Glória, animado pela banda do Corpo Policial, que se prolongou até as três horas da madrugada. Os convidados dançaram quadrilhas, polcas e valsas e serviu-se chá.⁸

Em 1881, nos exames de julho, houve 69 inscrições das quais 58 lograram aprovação. Em novembro desse ano, das 107 inscrições, em apenas 67 exames houve aprovação. Os preparatorianos de 1881 se submeteram a provas das mes-

mas disciplinas do ano anterior, num total de 11.⁹

Sete anos depois, esse número havia crescido bastante e nos exames realizados em novembro de 1888, janeiro e fevereiro de 1889, os resultados foram: total de inscritos - 291; total de aprovados, 210 e de reprovados - 81.¹⁰

Uma observação que deve ser feita é a de que número de inscrições não correspondia a número de alunos, já que cada estudante era relacionado tantas vezes quantos eram os exames a que se submetia naquele semestre. Sendo os exames parcelados, de validade permanente, independentemente do local onde fossem realizados, a entrada nos cursos superiores do Império poderia se dar a partir da coleção dos diversos diplomas de aprovação nas matérias.

A exigência quanto ao número de matérias era variável de curso para curso. Em 1903, o curso de Medicina exigia 12 preparatórios e o de Direito, 10. Os demais cursos variavam a exigência entre oito e seis matérias.¹¹

Teoricamente, o aluno poderia submeter-se a todos os exames em um mesmo ano, mas a prática mais comum era a de os estudantes levarem de três a quatro anos nesse mister.

Apesar das reformas, o sistema de acesso ao ensino superior funcionou basicamente dessa forma até 1911, quando foi modificado pela Lei Orgânica. A partir de 1912, o aluno que requeresse matrícula no primeiro ano de qualquer curso superior, teria que submeter-se a exame de admissão perante comissões instituídas a critério das congregações. Com essa reforma deixaram de existir também os colégios equiparados e os fiscais federais.

No Piauí, atribuiu-se à vigência da Lei Orgânica a acentuada decadência do Liceu nos anos seguintes, bem como a emigração dos estudantes para os centros onde estavam

instaladas as faculdades, no sentido de terem acesso aos conteúdos prováveis dos exames de admissão.

Começavam o vestibular, denominação que vai aparecer em 1915, e os "bizus", ainda hoje tão em voga.

Nesse momento, a influência exclusiva do Recife e do Rio de Janeiro já começava a ser abalada pelo fato da maior descentralização do ensino superior e, no caso dos cursos de Direito, parte dos estudantes piauienses seguiam agora para Belém e para Fortaleza, cujos cursos haviam sido instalados em 1902 e 1903 respectivamente.¹²

O autor do artigo Proletariado das Letras afirmava que pareceria aos espíritos desprevenidos ser um fato auspicioso a acorrida da mocidade, em bandos cada vez maiores, para as escolas superiores da República. O que, na aparência, era um desejo incontido por parte dos moços de aprender, de percorrer todos os caminhos da ciência e, munidos desse saber, lutar na vida por um ideal; na prática, em suas causas íntimas era outra coisa e o que os movia não eram o renome dado pelas "conquistas pacíficas das letras nem o gozo íntimo da ciência", mas o prurido da exibição espalhafatosa, a ânsia de obter, mediante os privilégios que ainda tinham os diplomas acadêmicos de colocações fáceis e lucrativas. A prova invocada para essa posição era a de que, nos futuros doutores, salvo raríssimas exceções, era manifesta a mais decidida aversão pelo estudo. Definia a caca ao preparatório como um "sport da moda", usado e praticado por quase todos. Acrescentava que os cursos superiores preferidos eram também os mais rápidos - Farmácia, Odontologia, Agrimensura, pois o essencial era o título. O efeito sobre o curso secundário era o de que eles eram feitos já levando em conta a facilidade dos exames e em vez

do estudo sistemático das matérias “procura o lente explicar somente os pontos que devem entrar para o exame do fim do ano letivo”.¹³

Depois de outras considerações, acrescentava:

[...] essa classe que faz parte da camada dirigente e ilustrada do país, ou pelo menos daquela que se julga com direito a esses títulos, é mais numerosa do que geralmente se supõe, e a sua influência bem sensível nos destinos da República.¹⁴

Tomamos esse ponto para indicar que essa preocupação com o aumento do número de escolas superiores, de acadêmicos e de doutores, bem como com a perda de qualidade do ensino em geral, tinha, para alguns, na reforma Rivadávia Correia uma esperança de antídoto.

Conhecida como Lei Orgânica, essa reforma, em vigor a partir de 1912, modificou o esquema tradicional de admissão aos cursos superiores que, com pequenas alterações, persistira por quase um século. A reforma sofreu críticas as mais severas, e poucos foram os que apontaram suas qualidades, as quais devem ser entendidas em função de um projeto mais amplo, visando à não popularização do ensino superior no Brasil.

Simplicio Mendes, em matéria de 1914, colocava-se na perspectiva de defesa da reforma, principalmente da acusação mais ampla, a de que ela seria responsável pela desorganização da instrução secundária no Brasil. As severas críticas, afirmava, devem-se mais à exaltação política do momento que à ponderação serena sobre os efeitos da lei. E depois de afirmar que a desorganização em matéria de instrução pública contava raízes mais velhas e mais profundas em nossa história escrevia textualmente:

rabundância de doutores, de exigir em vez dos diplomas [referia-se aos certificados dos exames preparatórios] um salutar exame de admissão, como condição *sine qua non* da matrícula nos estabelecimentos de ensino superior, afigura-se-nos antes como uma medida de alta moralidade.¹⁵

E mais adiante.

[...] o país não precisa de legiões de formados, mas sim de homens de merecimento, de alto valor intelectual e moral, que saibam resolver no sentido do progresso e desenvolvimento da nação, os problemas de sua vida social e política.¹⁶

O sentido maior do texto de Simplicio Mendes era o de propor que, ao invés do fabrico de doutores e da multiplicação de academias, o governo deveria voltar-se para a oferta de educação popular primária que, pela Constituição de 1891, havia ficado sob a responsabilidade dos estados e dos municípios. Fazia a ligação entre a vigência de um regime democrático-representativo e a impossibilidade real do exercício dos direitos políticos dos cidadãos brasileiros – em sua quase totalidade analfabetos. Por fim, achava salutar a desoficialização do ensino secundário e do superior, em benefício de uma política de incremento do ensino popular.¹⁷

Estavam postas todas as justificativas para a necessidade de incremento do ensino popular, bem como os termos de uma discussão que ainda hoje persiste.

NOTAS

- 1 CUNHA, Higino. Clodoaldo Freitas, sua vida, sua obra. *Revista da Academia Piauiense de Letras*, Teresina, n. 8, p. 28- 54, dez. 1924.
- 2 CUNHA, Higino. *Memórias: traços autobiográficos*. Teresina: Imprensa Oficial, 1939. p. 10-15.
- 3 PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o Exmo. Sr. 3º vice-presidente dr. Firmino de Sousa Martins passou a administração da Província do Piauí ao exmo. sr. presidente dr. Sinval Odorico de Moura, no dia 7 de fevereiro de 1881*. Teresina: Tipografia da Imprensa, 1881.
- 4 EXAMES gerais. *O Semanário*, Teresina, ano 4, n. 255, 8 jul. 1882.
- 5 EXAMES preparatórios. *A Imprensa*, Teresina, ano 21, n. 909, 20 mar 1886.
- 6 PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o exmo. sr. presidente da Província dr. Raimundo José Vieira da Silva passou a administração da Província do Piauí ao 2º vice-presidente exmo. sr. dr. Firmino de Souza Martins no dia 27 de junho de 1889*. Teresina: Tipografia da Imprensa, 1889.
- 7 EXAMES gerais. *A Reforma*, Teresina, ano 2, n. 72, 10 nov. 1888, p. 2.
- 8 SARAU dançante. *A Reforma*, Teresina, ano 1, n. 34, 24 nov. 1887, p. 3.
- 9 PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o exmo. sr. 3º vice-presidente da Província dr. Firmino de Sousa Martins passou a administração da Província do Piauí ao exmo. sr. Presidente dr. Sinval Odorico de Moura no dia 7 de fevereiro de 1881*. Teresina: Tipografia da Imprensa, 1881.
- 10 PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o exmo. sr. presidente da Província dr. Raimundo Jose Vieira da Silva passou a administração da Província do Piauí ao 2º vice-presidente Exmo. sr. dr. Firmino de Souza Martins no dia 27 de junho de 1889*. Teresina: Tipografia da Imprensa, 1889.
- 11 CUNHA, Edison. Meu curso secundário. *Almanaque da Parnaíba*, Parnaíba, p. 115-127, 1957.
- 12 VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Pesppectiva, 1982. p. 201-207.
- 13 PROLETARIADO das letras. *Pátria*, Teresina, n. 23, 5 abr. 1903, p. 1.
- 14 PROLETARIADO das letras. *Pátria*, Teresina, n. 23, 5 abr. 1903, p. 1.
- 15 MENDES, Simplicio. O ensino público e a Reforma Rivadávia. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 4, n. 99, 3 maio 1914, p. 1.
- 16 MENDES, Simplicio. O ensino público e a Reforma Rivadávia. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 4, n. 99, 3 maio 1914, p. 1.
- 17 MENDES, Simplicio. O ensino público e a Reforma Rivadávia. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 4, n. 99, 3 maio 1914, p. 1.

Discussão pedagógica

Desde as últimas décadas do século XIX, a educação passou a ser vista como o fator mais importante do progresso social. À medida que essa idéia se generalizava, o esforço republicano passava a ser direcionado no sentido de tentar expandir a chamada educação popular, com ênfase no ensino primário. Nesse contexto, começam a ter expressão em Teresina os colégios particulares - tanto de ensino primário quanto secundário e a ganhar espaço na imprensa as discussões de caráter pedagógico.

Foi possível identificar, num primeiro esforço, alguns intelectuais que num certo sentido privilegiaram questões pedagógicas, eles próprios professores ou vinculados ao magistério, quer em funções públicas, quer na rede particular de ensino da capital.

Essa vertente pedagógica pode ser encontrada em Abdias Neves, Matias Olímpio, Luís Correia e Anísio Brito, para citar alguns nomes. Muitos artigos sobre o tema estão publicados em jornais entre 1913 e 1914.

Abdias Neves, além de sócio-proprietário e diretor de vários estabelecimentos de ensino, por exemplo, o Ateneu Piauiense - que teria marcado época justamente pelas inovações metodológicas introduzidas no seu ensino - e de professor de alemão do Liceu Piauiense, ocupou a cadeira de Pedagogia da Escola Normal. O resumo das preleções de seu curso, publicado no jornal *Diário do Piauí*, é indicativo quanto às idéias pedagógicas então divulgadas e às di-

retrizes que se esperava dar ao ensino a partir daí. Merecem deferência especial os aspectos relativos à educação física, ao contato com a natureza, às noções de higiene e adequabilidade do vestuário, à avaliação da importância dos brinquedos infantis e às indicações quanto à necessidade de reavaliar a educação feminina. Outro aspecto a relevar nessa série de textos é o que diz respeito à valorização da higiene e da saúde – física e mental – mas num sentido diferente do que era projetado pela educação burguesa em vigor no período. Abdias Neves se posicionava contra todas as escravizações da criança subjacentes àquele tipo de educação, que definia as maneiras de falar, de sorrir, de sentar, de vestir, de conversar, enfim, todos os maneirismos sociais que vinham sendo absorvidos pela sociedade da época, com a supervalorização do “smartismo”. Não que o autor se posicionasse contra esses valores, em si mesmos, de que era certamente um arauto, inclusive pela sua condição de elegante. A sua perspectiva era a de que a liberdade infantil, tanto masculina quanto feminina, não constituía empecilho para nenhum dos sexos no sentido de se adequar à vida social na idade adulta.¹

Se, na perspectiva de Abdias Neves, a educação deveria estar mais próxima do jogo, associada ao brinquedo, à natureza, no que propunha inclusive que os colégios ficassem o mais possível afastados do centro das cidades, outros tratavam de problemas pedagógicos mais específicos. Discussão comum era a que dizia respeito ao método a ser utilizado na aprendizagem da leitura e da escrita, tema de que trataram, por exemplo, Luís Correia e Artur Franklin de Carvalho.²

No geral, a discussão estava centrada na adequabilidade maior ou menor dos métodos sintético e analítico na alfabetização de crianças. Embora houvesse denominações diferentes para os vários métodos, a depender do autor, a questão básica era: deveria o professor partir da sentença para a palavra, da sílaba até a letra ou fazer o movimento contrário, da letra para as palavras e frases? Para além dos argumentos prós e contras, das diversas gradações e combinações dos dois processos, da avaliação das vantagens e desvantagens, do grau de esforço despendido tanto pelo professor como pelo aluno, permeavam essa discussão outras questões de interesse para a compreensão do sistema educacional do período, não só quanto às idéias pedagógicas, mas igualmente quanto à prática do ensino.

A educação piauiense, como a brasileira, passava por período de transição em que, se não eram substituídos os métodos antigos, pelo menos a discussão quanto à adequabilidade desses métodos era geral. Nas entrelinhas dos textos pode-se ler ainda uma educação baseada na autoridade do professor, induzida a bolos e palmatórias, com o domínio do abecedário e do be-a-bá cantado, da memorização, enfim. A escola sendo ainda predominantemente vista como o espaço da disciplina a contra-gosto e o internato como castigo para filhos rebeldes.

As inovações metodológicas partiam de instituições novas como a Escola Normal e a Escola Modelo e de alguns colégios particulares que alardeavam pela imprensa as novidades e modernismos introduzidos no seu ensino.

O método sintético, adotado para alfabetização na Escola Modelo, mereceu comentários e discordâncias de Luís

Correia, então Secretário de Governo e do próprio governador Miguel Rosa, ele também professor do Liceu e ex-Diretor Geral da Instrução Pública do Estado. As propostas oriundas do meio oficial eram, em geral, conciliadoras dos dois métodos e denominado método progressivo.³

Todas essas discussões estavam vinculadas a uma questão mais ampla, a de que da educação dependia o adiantamento nacional e, portanto, eram necessárias a criação e a implementação de formas eficazes não só de combate ao analfabetismo, como de conquista das crianças – basicamente o público alvo – para a importância da educação.

Num regime representativo como o republicano, em que o voto era a expressão máxima da vontade política do povo, esse deveria não só votar como ter consciência da importância desse ato. A consciência política adviria da instrução popular, é o que repetiam à saciedade os pedagogos da época.

Outra observação interessante com relação a esses textos é que eles revelam que a preocupação central passara a ser com a criança – daí a ênfase dada, por exemplo, no programa de Pedagogia da Escola Normal à psicologia infantil e ao meio escolar em sua adequação à necessidade própria dos escolares. Se durante a década de 1880 todas as mensagens eram dirigidas aos pais – os pais mandam, os pais escolhem, os pais determinam o curso –, no início do século XX alguns professores preconizam a valorização da infância e o tratamento da criança enquanto tal e não como miniatura de adultos, como parcela da sociedade urbanizada e em rápida absorção pela civilidade, em seu entendimento, passava a propor. No caso de Abdias Neves, ele reforça que a negação da infância, e principalmente da in-

fância feminina, era mais característica das famílias ricas, embora não estivesse ausente nas famílias pobres.

Claro que isso era ainda uma proposta e que o que ocorria na maior parte das escolas, como se pode observar pela descrição das festas escolares – era a repetição do modelo das festas de adultos, onde as crianças faziam discursos, exposições de trabalhos manuais, enfim, cumpriam todo o ritual das escolas secundárias e profissionais.

NOTAS

- 1 NEVES, Abdias. Noções de Pedagogia 1. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 4, n. 92, 26 abr. 1914, p. 2; NEVES, Abdias. Noções de Pedagogia Aplicada. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 4, n. 110, 17 maio 1914, p. 2; NEVES, Abdias. Noções de Pedagogia Aplicada 3. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 4, n. 129, 9 jun. 1914, p. 2-3; NEVES, Abdias. Noções de Pedagogia 4. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 4, n. 137, 19 jun. 1914, p. 2-3.
- 2 CORREIA, Luís. O ensino primário 2. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 3, n. 269, 26 nov. 1913; CARVALHO, Artur F. de. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 3, n. 252, 5 nov. 1913, p.1.
- 3 ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado do Piauí pelo governador Miguel de Paiva Rosa, em 1 de junho de 1914*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Liga Marítima Brasileira, 1914; CORREIA, Luís. O ensino primário 3. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 3, n. 270, 27 nov. 1913, p. 1.

Espaço feminino na educação

Muitos dos mitos que ainda vigoram parcialmente, hoje, em relação ao ensino primário e, mais apropriadamente, em relação à professora primária, identificada enquanto normalista, foram mitos forjados ao longo do final do século XIX, e na primeira década do século XX. Assim, muitos dos atributos associados à idéia da professora primária, como o de ter um trabalho que é sacerdócio e missão, o celibato e, portanto, a presumida virgindade, a tendência natural para o apego e compreensão da infância, o tão decantado papel de tias, podem ser rastreados nas posições defendidas pelos pedagogos e reformistas do início do século XX.

Um dos intelectuais cujas posições tenderam a reforçar esse estereótipo foi Matias Olímpio, que polemizou em torno do tema com vários representantes de posições antagônicas, inclusive médicos. Médicos porque a questão do celibato obrigatório, cujo projeto de lei não foi aprovado pela Assembléia Legislativa do Piauí, mas, a despeito disso, foi constantemente sugerido, se revestiu, em alguns momentos, não só em questão de saúde, mas, sobretudo de higiene.¹

As professoras primárias do início do século XX, normalistas ou não, tiveram um papel social de reprodução de novos valores sociais que ainda está por ser dimensionado. E essa "catequização" e "enquadramento" do grupo dentro de uma certa mentalidade se realizou face à convergên-

cia de idéias originárias de matrizes diferentes. De um lado, um já atenuado cientificismo que caracterizou as gerações pós- Clodoaldo Freitas e Higino Cunha (nascidos em 1855 e 1858, respectivamente), ainda com certos traços positivistas, por exemplo, na compreensão e na definição do papel da mulher na sociedade (embora a maior recorrência em termos de posicionamento filosófico seja a Herbert Spencer) e de outro lado, a interferência cada vez maior da igreja renovada ou ultramontana na sociedade piauiense. Nossa hipótese é a de que da convergência e do amálgama das posições científicas com o ideal cristão propagado pela Igreja é que resultou a criação dessa professora ideal e idealizada como virgem, missionária e beata, além de asséptica.

Tentemos desenvolver esse ponto. No início do século XX, as demandas femininas para a ocupação de um lugar no mercado de trabalho são inquestionáveis. Essa demanda por trabalho estava ligada a um movimento mais amplo de reivindicações femininas por um maior espaço na sociedade brasileira. No caso do Piauí, parte dessas pretensões estava expressa no jornal feminino - A Borboleta - editado em 1908 e cujos primeiros números foram manuscritos. Num Estado de economia predominantemente agrária, sem qualquer perspectiva de industrialização e com o setor serviços quase totalmente limitado ao incipiente setor público e às atividades comerciais e num momento em que é vedada à mulher a formação acadêmica e o exercício das profissões liberais, seu espaço de atuação era bastante reduzido. Nesse contexto, a mulher transitava do lar à igreja, desde que esta apresentava um leque cada vez maior de possibilidades de ocupação fora do espaço doméstico. Entre essas duas instâncias de atuação - o lar e a igreja, a segunda ganha importância cada vez maior, para desespero de inte-

lectuais anticlericais como Abdias Neves e Clodoaldo Freitas. Entre a família e a igreja e do seio delas, surge para a mulher a terceira alternativa, a alternativa moderna, que é a da continuidade da instrução via Escola Normal, e a profissionalização pelo exercício do magistério primário.

Hão que se fazer duas observações. A primeira diz respeito ao fato de a instrução secundária estar vetada aos alunos do sexo feminino, não pelos regulamentos, mas pela prática educativa em vigor. Em todas as listagens de alunos do curso secundário, pelo menos até 1912-1913, não encontramos sequer um estudante secundário ou preparatoriano do sexo feminino. A segunda é que, numa primeira visão, o curso normal era procurado e freqüentado por jovens das classes médias e altas, por "senhoritas da sociedade" teresinense e do interior do Piauí.

Reforçando pontos já focalizados, há que destacar, para além das lutas empreendidas pelas próprias mulheres no sentido de ocupar um espaço mais amplo na sociedade, a convergência dos valores dos intelectuais e sua fusão com os objetivos então propostos e executados pela Igreja Católica. Em outros termos, as perspectivas de valorização de uma educação essencialmente leiga foram socialmente retrabalhados pela ação da Igreja, dando um resultado social certamente não esperado se se têm em conta os objetivos meramente educacionais. Se a mulher instruída devia se integrar na sociedade e exercer o papel de educadora, retransmitindo esses valores dentro da família e essencialmente através do sistema educacional de que deveria fazer parte, essa ação não ficou totalmente definida no plano laico, da escola. A Igreja retrabalhou esse produto no seu sentido e para a consecução dos seus objetivos. A instituição tinha clareza quanto a importância da educação, ao peso

da influência da mulher na órbita familiar, bem como ao relevo da conjugação dos dois pólos - a mulher educadora. O essencial era, a partir do empenho e do zelo institucional, fazer essas mulheres e essas professoras católicas, filhas de Maria, catequistas, associadas do Sagrado Coração de Maria e do Sagrado Coração de Jesus. Definiu-se um novo tipo ideal de mulher, socialmente atuante e consciente, mas reprodutora da educação católica. Estava definida a sua ação na terra e garantida a salvação no céu.

É perceptível o choque entre o mundo masculino e o marido feminino, entre a visão idealizada da mulher por parte dos intelectuais das gerações do fim do século XIX e a mulher real, o que revela a ineficácia parcial da ação educativa desses intelectuais. Suas reações são expressas na proposição de um modelo de mulher esclarecida, porém esposa e mãe, especialmente rainha do lar. Este modelo aparece, embora de forma caricaturada na obra de Abdias Neves - *Um manicaca*², um dos poucos romances de costumes tratando da sociedade piauiense nesse período e, de forma mais elaborada em alguns textos de Clodoaldo Freitas.³

NOTAS

1 OLÍMPIO, Matias et al. *A instrução pública no Piauí*. Teresina: Papelaria Piauiense, 1922. p. 124-133.

2 NEVES, Abdias. *Um manicaca*. 2. ed. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.

3 FREITAS, Clodoaldo. *Em roda dos fatos*. Teresina: Tipografia Paz, 1911. p. 25-29, 73-77, 100-104.

Conclusão

Sobre a temática da educação em geral, há certas posições comuns ao período e que aparecem em toda a documentação consultada. É o caso, por exemplo, da tese da necessidade da instrução popular e da responsabilidade do governo nesse aspecto. A partir da década de 1880, começa-se a demandar o concurso das municipalidades nesse processo e a difundir-se a crença no papel decisivo a ser exercido pela mulher no ensino infantil.

Independente das medidas adotadas por cada governo, certas considerações genéricas devem ser feitas. Uma delas refere-se à ineficácia da ação pública em promover a educação, quer na capital, quer no interior. As estatísticas relativas ao número de alunos matriculados e freqüentes, ao número de professores e de escolas apontam resultados desanimadores.

A principal mudança qualitativa observada foi quanto à progressiva substituição do professorado não qualificado e interino por professoras normalistas efetivadas nos cargos. Essa mudança ocorreu de forma mais acelerada a partir de 1913, quando a Escola Normal Oficial formou sua primeira turma. A capital, Teresina foi a primeira a se beneficiar desse contingente de pessoal habilitado, que posteriormente ocuparia as cadeiras da instrução primária no interior do Estado. Antes desse período, quase todos os docentes do ensino primário eram inabilitados, pois entre 1888 e 1908, durante duas décadas, portanto, não funcionara Escola Normal no Piauí.

Constatados o fracasso do ensino primário e as dificuldades do ensino secundário, a que as autoridades faziam referências constantes, o ensino profissional ganhou espaço pela atuação da Escola Normal e da Escola de Aprendizes Artífices, esta mantida em Teresina pelo governo federal. As matrículas nessas instituições se mantiveram de forma regular e, em relação à Escola Normal, é possível afirmar que o seu produto se incorporou à vida produtiva piauiense de forma imediata. Quanto à Escola de Aprendizes, não dispomos de elementos para avaliar mais concretamente os resultados do seu ensino sobre a oferta e a qualidade dos serviços no Estado.

Se, no período em estudo, há abundância e até um certo exagero na elaboração de leis, regimentos e regulamentos concernentes à instrução pública (esta legislação constitui excelente material para o estudo das idéias educacionais do período), a mesma riqueza documental não existe quando se trata das práticas pedagógicas. É certo, porém, que se de um lado proliferaram as reformas de ensino, por outro, houve pouca alteração nas condições objetivas, materiais, que possibilitariam mudança efetiva no panorama educacional do Piauí.

Considerando o período de 1880 a 1930 na definição do quadro do sistema escolar, são válidas as características a seguir: número reduzido e mais ou menos estável de escolas, inexistência de prédios escolares, mobiliário e material escolar compatíveis com o ensino proposto; professores na maior parte inabilitados; índice alto de evasão escolar; relação muito baixa entre população em idade escolar e alunos freqüentando escolas.

Como a interpretação foi feita também a partir de do-

cumentação oficial, algumas limitações dessas fontes devem ser consideradas, como a ausência de referências ao ensino municipal e ao ensino privado. No caso do último foi possível preencher parcialmente as lacunas pela consulta à imprensa periódica, o que permitiu acompanhar a instalação e até certos aspectos do funcionamento das escolas particulares. Essas informações, entretanto, nem sempre permitem uma sistematização, o que torna muito difícil avaliar com precisão o contingente de alunos que freqüentam escolas nesse período.

Evidentemente há um contexto próprio do Estado que explica a atuação e as limitações do poder público face ao problema da educação - problema para cuja solução se contava com verbas reduzidas e que resultavam no que foi afirmado antes, ou seja, as mudanças ocorriam freqüentemente no âmbito legal, mas não tinham respaldo nas condições materiais para serem efetivadas.

Vale referir que as condições econômicos e sociais do Estado, alijado do processo de crescimento capitalista por que passavam outras áreas do Brasil e apenas iniciando sua fraca integração no mercado externo pela exportação de extrativos, não eram propícias à dinamização do sistema escolar.

Estado pobre, com baixa densidade demográfica, o Piauí contava com uma população escolar na maior parte sem condições concretas de afluir às escolas dos povoados e vilas.

O governador Eurípides de Aguiar, em 1917, ao tratar do problema da falta de escolas e da falta de meios para criá-las, perguntava: "como podem freqüentar escolas as crianças doentias, maltrapilhas, descalças e sem livros, que

constituem a maior parte de nossa população escolar?"¹

A questão era colocada dentro de uma discussão mais ampla e de caráter nacional, relativa à imposição da obrigatoriedade do ensino. A posição do governador era a de que propostas desse teor eram ineficazes e inapropriadas ao problema do ensino nos estados pobres da Federação.

No caso do Piauí, essa questão já fora levantada durante o governo Arlindo Nogueira, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino pela Lei nº 267, de 20 de junho de 1901, a qual não chegou a ser regulamentada. No governo Álvaro Mendes, ocupando Miguel Rosa o cargo de Diretor da Instrução Pública, foi novamente proposta a execução daquela lei, mas a medida não se efetivou.

A preocupação dos governos estaduais com a instrução pública ao longo da Primeira República é indiscutível, o que é atestado pelo grande número de reformas elaboradas e implementadas ao longo dessas décadas. Entretanto, apesar das preocupações manifestadas, o índice de analfabetismo na população do Piauí continuou grande. Teresina, a mais bem servida cidade do Estado em termos de rede escolar, onde tinham atuação regular colégios públicos como o Liceu Piauiense, a Escola Normal, a Escola Modelo, escolas municipais e diversas escolas particulares de instrução primária e secundária, de acordo com o Censo de 1920 tinha entre seus 52.255 habitantes apenas 8.645 alfabetizados. Se a porcentagem de analfabetos na capital era de 83%, qual não seria a do interior do Estado?

Considerando a matrícula dos anos de 1911 a 1920 em todo o Estado, o percentual de alunos matriculados em relação à população total era de 0,6%, ou seja, para cada mil habitantes apenas 6 se matriculavam em suas escolas. Em

1920, a situação era praticamente a mesma de 1870, quando esse percentual era de 0,5%.²

Apesar do empenho e do interesse dos governos pela educação, interesse que se intensifica a partir de Anísio de Abreu (1908-1909), em 1920 o ensino público primário na esfera estadual era ministrado em apenas 95 escolas, empregando 101 professores. Em Teresina, eram 19 escolas, com 24 professores.³

Quanto à formação profissional, 48 dos professores eram normalistas e 53 não normalistas.

São poucas as referências a prédios escolares nesse período, aparecendo freqüentemente nas despesas com educação pagamentos de aluguéis de casas para escolas e professores. Em 1920, já se poderia dizer que o ensino, obedecendo à tendência que vinha do final do século XIX, estava quase totalmente ligado ao sexo feminino. Nesse ano, de um total de 101 professores primários, apenas oito eram homens!

NOTAS

- 1 ESTADO DO PIAUÍ. *Mensagem apresentada à Câmara Legislativa do Estado pelo exmo sr. dr. Eurípedes Clementino de Aguiar, a 1º de junho de 1917*. Teresina: Imprensa Oficial, 1918. p. 13-17.
- 2 OLÍMPIO, Matias et al. *A instrução pública no Piauí*. Teresina: Papelaria Piauiense, 1922. p. 17.
- 3 OLÍMPIO, Matias et al, 1992, p. 19.

Fontes e Bibliografia

1 Documentação oficial impressa

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. Relatórios da Presidência da Província à Assembléia Legislativa do Piauí (1881-1889).

ESTADO DO PIAUÍ. Mensagens dos Governadores do Estado à Assembléia Legislativa (1890-1930).

2 Publicações periódicas

A Época

A Imprensa

A Reforma

Almanaque da Parnaíba

Almanaque do Cariri

Correio de Teresina

Diário do Piauí

O Monitor

O Semanário

Pátria

Revista da Academia Piauiense de Letras

Revista Mensal

3 Bibliografia

BRITO, Anísio. *Discurso proferido na colação de grau das professoras de 1921*. Teresina: Tipografia d' O Piauí, 1921.

CASTELO BRANCO, Miguel de Sousa Borges Leal. *Apontamentos biográficos de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis, que ocuparam cargos de importância na Província do Piauí*. Teresina: Tipografia da Imprensa, 1879.

CUNHA, Higinio. *Memórias: traços autobiográficos*. Teresina: Imprensa Oficial, 1939.

CUNHA, Luís Antônio. *A universidade temporã*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

FREITAS, Clodoaldo. *Em roda dos fatos*. Teresina: Tipografia Paz, 1911.

FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

NEVES, Abdias. *Um manicaca*. 2. ed. Teresina: Projeto Petrónio Portella, 1985.

NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova. 1975. v. 4.

OLÍMPIO, Matias et al. *A instrução pública no Piauí*. Teresina: Papelaria Piauiense, 1922.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1974. v. 2.

TITO FILHO, Arimatéia. *Governos do Piauí*. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TITO FILHO, Arimatéia. *Teresina: ruas, praças e avenidas*. 2. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1986.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1982.

Nesta obra foi utilizada a fonte BookAntiqua 11/15. O miolo foi impresso em papel Offset 90g/m²; a capa, em papel Chambril 240g/m², no sistema digital da Ética Editora.
Imperatriz, MA, julho de 2008

ética
eticaeditora@gmail.com
www.eticaeditora.com.br